

ESPON



Co-funded by
the European Union
Interreg

ANALYTICAL REPORT //

Small and medium sized towns and cities in Portugal:

Policies strengthening their role in achieving active, inclusive and functional territories

Case study of Fundão - ANNEXES // October 2023

This analytical report is conducted within the framework of the ESPON 2030 Cooperation Programme, partly financed by the European Regional Development Fund.

The ESPON EGTC is the Single Beneficiary of the ESPON 2030 Cooperation Programme. The Single Operation within the programme is implemented by the ESPON EGTC and co-financed by the European Regional Development Fund, the EU Member States and the Partner States, Iceland, Liechtenstein, Norway and Switzerland.

This delivery does not necessarily reflect the opinions of members of the ESPON 2030 Monitoring Committee.

Coordination:

Piera Petruzzi and Nicolas Rossignol, ESPON EGTC, Josep Maria Llop, UNESCO Chair "Intermediate Cities" University of Lleida

Outreach:

Nikos Lampropoulos, ESPON EGTC

Authors

Borja M. Iglesias, Rodrigo Vargas and Cristina de Vasconcelos, UNESCO Chair on Intermediate Cities, University of Lleida

Technical Support

Martin Gauk and Silvia Pierik, ESPON EGTC

Advisory group

Spanish Presidency of the Council of the EU: Juana López Pagán and Alba Villamor Anguiano (Ministry of Ecological Transition and Demographic Challenge), Beatriz Postigo Hidalgo and Luis Pedro Arechederra Calderón (Ministry of Finance and Public Service) ESPON Monitoring Committee Members for Portugal (Directorate-General for Territory), ESPON EGTC: Piera Petruzzi (Research and Policy Manager), Marta Roca (Assistant Director, Administration, Budget and Public Procurement), Nicolas Rossignol (Assistant Director, Research and Policy)

Acknowledgements

Paulo Fernandes, Mayor of Fundão, Ricardo Gonçalves, Head of Innovation, Investment and planning division at CMF, Mariana Salvado, Innovation, Investment and planning division at CMF, Alexandra Bento, Fundão Housing Programme, João Milheiro, Lab Manager at Fab Lab Aldeias do Xisto, João Mota, Fundão Migrations Centre, João Leitão, President of the Portuguese Association for Regional Development, Elisa Vilares, Fatima Bacharel and Marta Magalhães, DGT (Directorate General for Territory), English language review by Malcom Hays.

Information on ESPON and its projects can be found at www.espon.eu.

The website provides the possibility to download and examine the most recent documents produced by finalised and ongoing ESPON projects.

ISBN: 978-2-919816-73-6

© ESPON 2030

Printing, reproduction or quotation is authorised provided the source is acknowledged and a copy is forwarded to the ESPON EGTC in Luxembourg.

Contact: info@espon.eu

ANALYTICAL REPORT //

**Small and medium sized towns
and cities in Portugal:**

Policies strengthening their role in achieving
active, inclusive and functional territories

Case study of Fundão - ANNEXES // October 2023

Disclaimer

This document is a final report.

The information contained herein is subject to change and does not commit the ESPON EGTC and the countries participating in the ESPON 2030 Cooperation Programme.

The final version of the report will be published as soon as approved.

Table of contents

Annex 1 – Interviews

Annex 2 – Municipality of Fundão Innovation Facilities

Annex 3 – Networking.....

Annex 1 – Interviews

Entrevista realizada no dia 9 de Agosto de 2022 no âmbito do relatório *“Small and medium sized towns and cities in Spain, Portugal, Italy, Germany and in Europe: policies strengthening their role in achieving active, inclusive and functional territories”* ao Presidente da Câmara Municipal do Fundão PAULO FERNANDES

Eleito pelo PPD/PSD

Pelouros

- Administração e Controlo Financeiro;
- Empreitadas de Obras Públicas;
- Promoção do Investimento e Inovação;
- Desenvolvimento Local e Regional;
- Planeamento Estratégico e Ordenamento do Território;
- Cultura e Património;
- Migrações e Multiculturalidade.

licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Master em “Estudios Europeos y Derechos Humanos” pela Universidade de Salamanca, com a especialização de Desenvolvimento Regional e Local.

Prosseguiu carreira profissional como consultor especialista em desenvolvimento regional e local, tendo coordenado diversos projectos de desenvolvimento integrado no âmbito de programas como o PROVERE, PRODER, INTEGRAR, POEDS, RURIS, AIBT, entre outros.

Fundador e presidente da Rede de Aldeias de Xisto e fundador da Rede Aldeias Históricas de Portugal.

[município do Fundão como caso de estudo.](#)

Quando falamos de SMTC de que dimensão mínima deveriam ter?

Países ibéricos centraram o modelo urbano, para além das áreas metropolitanas, na rede de cidades médias, dentro dos pressupostos das cidades médias europeias, discussão com 25 anos que já se pode avaliar. Tem prós e tem contras.

Enfocando no que são os problemas da Espanha Vazia ou dos Territórios de Baixa Densidade em Portugal:

Em Espanha, com distancias muito grandes entre centros enquanto que Portugal tem uma rede muito mais poli-nuclear, houve um reforço relevante das cidades intermédias, mas no interland o esvaziamento foi ainda mais grave que em Portugal. Criaram-se “zonas cinzentas” que, apesar dos apoios, do investimento, da consciência do problema, acentuaram um problema que já existia, titulado então de assimetrias, mas que se extremou nestes 25 anos, porque a resposta não foi correcta apesar de identificar os problemas.

Neste momento, apesar dos milhões investidos em coesão, houve zonas que não saíram do cinzento, o que fez soar todos os alarmes de urgência. Os 2 modelos têm prós e contras, injetaram-se muitos milhões, o nível médio até subiu em termos de índices de desenvolvimento, apesar de não acompanhar as zonas mais desenvolvidas, mas as assimetrias inter-regionais aumentaram.

Portugal não teve uma capacitação das ditas cidades intermedias. No interior do país não houve nenhuma que em 25 anos não perdesse população e aumentasse massa crítica. O modelo não se conseguiu implementar: nem aumentou massa crítica, nem as suas funções de primeira relevância, nem reforçou as capacidades de retenção e atração de talento, de inovação e de complementariedade entre cidades, não correu como estava previsto.

Em contrapartida, e comparando com o modelo espanhol, os interlands em Portugal são menos agressivos, o esvaziamento não é tão extremo. Aqui passamos da polarização para um sistema mais poli-centrico e até multipolar. Ainda que sejam zonas de baixa densidade, o vazio não é tão impactante como em Espanha.

A questão é que quando agrupamos por NUTII a massa crítica do modelo espanhol é muito mais relevante que a do modelo Português que não tem capacidade conjunta a nível do território

Olhando para as políticas regionais de NUTII, para a dimensão das complementariedades e da colaboração, as zonas cinzentas têm problemas endêmicos e estruturais que têm que ver com a organização dos territórios e com o modelo de distribuição dos recursos, muito orientado para a NUTII, enquanto que as assimetrias nem sempre são defendidas dentro da própria NUT. Porque ao final do dia somos avaliados por NUTII. Não fazemos avaliação desagregada do que é vazio e baixa densidade dentro dessa NUT.

Temos dificuldade em definir políticas mais precisas dentro do espaço das regiões. E também não fomentamos dentro da política pública o que podem ser modelos de aceleração de massa crítica: as redes. Para ter acesso aos recursos temos que ir em conjunto em planos sub-regionais e as zonas cinzentas necessitam planos holísticos, muito transversais e multinível, muito específico para aquela zona.

Investimos, podemos fazer escolas, centros culturais, estradas, hospitais, estrutura tecnológicas, empreendedorismo, as universidades aumentarem alunos, mas os resultados do ponto de vista demográfico, do seu perfil, da internacionalização do território, do valor criado com base tecnológica, essas partes do impacto não são muitas vezes analisadas e desagregadas dentro da NUTII. As zonas cinzentas vão ficando sempre para trás e estão realmente em muito pior situação. Começamos a ver uma retração sistêmica do ciclo vicioso da Espanha vazia ou do Portugal da Baixa Densidade: menos pessoas, menos recursos, menos serviços, menos investimento, menos pessoas ...

Questões essenciais:

- Há que ajustar o modelo urbano, não é o mesmo num espaço vazio;
- Tem que haver sensibilidade para perceber dentro de uma mesma região onde estão as zonas cinzentas. Tem que haver desagregação estatística e capacidade de análise porque os valores médios são enganadores em relação a estas zonas.
- Do ponto de vista do planeamento e dos planos de desenvolvimento regionais tem que ser feito de acordo com essas zonas. Pode haver um plano regional mas dentro tem que haver medidas específicas para as zonas cinzentas, sob risco de elas ficarem irremediavelmente para trás.
- Do lado do modelo de governança têm que aparecer as redes internas e a capacidade destas para fazer a ligação aos pontos urbanos de maior dimensão, numa perspectiva mais global, ter a capacidade de se afirmarem em contextos multinível.

- O multinível já não é só a questão entre o local, o regional e o nacional, é seguramente o local, com grupos de acção local diversificados, o inter-regional o regional, o nacional e o internacional. Um território sem capacidade para se expressar também na escala internacional, é um território que não tem futuro. A compensação demográfica que existia antes da globalização dentro dos próprios países já não funciona. O fluxo global e internacional entra aqui em força e joga numa escala que já supera o nacional há muito tempo. A transferência interna já não vai resolver um problema, quando o país já sofre, em geral, do mesmo problema que se agudiza nestes territórios vazios.

Um potencial factor positivo de Portugal, é que os municípios já são historicamente poli-núcleos. É realmente um fator positivo?

Fundão num determinado momento dá-se conta que não tem um único recurso que possa ser competitivo sem a rede regional. Não tinham nada que valesse por si só! Disto já lá vão 20 anos.

Começaram pelo mais óbvio, pelos recursos endógenos: numa cidade pequena a sua ligação com o território subjacente é muito relevante, nomeadamente na mediação com a ruralidade, com o espaço rústico. A complementaridade entre rural e urbano nas cidades de pequena dimensão é absolutamente vital.

Começamos a montar redes ligadas aos recursos endógenos patrimoniais, a redes das Aldeias, Históricas, a Rede das Aldeias de xisto ou as áreas protegidas. E uma primeira rede urbana do arco Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda. Uma consciência de que estas cidades teriam que começar a fazer coisas em comum. Cultura e património foram também o primeiro elo de ligação.

Esse eixo funcionou bem?

Funcionou só enquanto houve recursos financeiros e depois mal. Não tivemos engenho e arte para dar sustentabilidade uma vez se acabou o financiamento do programa. Mas juntamos os serviços básicos. Enquanto que Espanha só há cerca de 10 anos começou a juntar estes serviços, nós já temos um histórico de 25 anos de água e saneamento, uma organização mista entre estado e Municípios, através de sociedades públicas ([Águas do Vale do Tejo](#)).

Espanha necessita de um novo modelo de gestão do território local. E está extremamente partidarizado. Falta autonomia a nível local fora das áreas metropolitanas. Nível jurídico português do âmbito local é muito mais desenvolvido que o espanhol.

A nível de região é onde Espanha ganha vantagem a nível de NUTII onde existe poder democrático que Portugal só tem em Açores e Madeira. A nível regional Portugal sente esta falta. Poderia ter 5 regiões autónomas similares às comunidades autónomas Espanholas.

O que é que fez o Fundão que o destaca neste contexto?

Inserção de redes a nível regional, recursos endógenos.

Atacamos na área da inovação. Se esta não está na primeira linha da política pública, planos, programas e políticas regionais são muito mais difíceis de atingir. Decidimos que seria o motor da nossa intervenção em termos de política pública: a inovação!

Dentro da Inovação vimos outras questões. A qualidade de vida é uma vantagem. Não podemos estar sempre a comparar-nos negativamente buscando apoios. Não fizemos isso.

Decidimos ter o nosso plano de inovação e que a partir de aqui iríamos procurar o nosso caminho próprio, onde a abordagem regional esteja presente, a abordagem local também, e a internacional também.

Primeiro ponto do plano de inovação é questionar como entramos na internacionalização? Começamos pelo mais óbvio, os recursos endógenos, nos sectores que tínhamos mais fortes como agroalimentar e metalomecânico.

Em segundo lugar, num mundo global e digital a questão da localização dos factores físicos altera-se. As empresas não necessitam estar todas concentradas, nem os serviços. A digitalização permite estar em muitos mais locais onde possam acontecer coisas e atrair profissionais, sempre que haja continuidade.

Qual foi o elemento que desplota este movimento?

Não tinha uma lógica associada, nem respondia a uma necessidade, é uma questão de lideranças. É uma visão. A capacitação das lideranças é um espelho das suas comunidades, um problema de massa crítica ainda que possam existir fenómenos singulares que podem contagiar ou não o seu entorno. Fundão é uma espécie de epifenómeno. A capacitação das lideranças é fundamental, mas que estas estejam disponíveis para ser capacitadas também...

Fundão contagiou?

Pode ser que sim, a abordagem da inovação aparentemente sim. Hoje já quase todos concelhos tentam ter factores de internacionalização, de atracção de investimento e a agenda local mudou, está mais ajustada ao que são hoje as questões do novo paradigma do poder local.

Mas depois há outras questões: A capacitação das orgânicas; a individualização das orgânicas dentro das entidades; a partilha de decisão e os processos de co-decisão. Das partilhas há que concluir e extrair o que pode ser aplicado e fazer!

Introduzimos o factor de risco da política pública: o projecto piloto. Não é possível acertar em tudo. Há que testar e falhar. Mas isso faz parte. É necessário introduzir o empreendedorismo público. Há que perder o medo de arriscar, há que liderar pelo exemplo.

É preciso partilhar; colaborar sem partilha não existe. Ser parceiro sem co-decisão também não! Não basta dizer que somos parceiros de papel.

Depois vem a camada da interligação de sectores: é preciso ligar habitação, com a atracção do investimento, com a regeneração urbana, com a capacitação das pessoas, com a educação, com as políticas sociais. Todas têm que ser pensadas em conjunto. Mesmo se o foco é a atracção, não conseguimos nada se não mexemos em todo o conjunto, sobretudo nos territórios de baixa densidade. A nossa vantagem pode ser a oferta uma melhor relação custo/qualidade de vida mas se não os trouxermos em conjunto se não agregarmos, se não os soubermos comunicar, não serve para nada e já cansa: Nós temos boa qualidade de vida. Está bem, e que estás a fazer com isso?

No fundão decidimos tomar decisões. Por exemplo, a nível de habitação decidimos discriminar positivamente a mão de obra qualificada que quisesse vir para cá, não ficar pela política de habitação jovem, sênior ou social. Criamos um novo público prioritário na nossa política de habitação pública. Não dizemos que é incorreta a política existencialista, não pode é ser a única.

Política pública de aluguer, modelo de subarrendamento público como acelerador da oferta pública de habitação. Começamos há 11 anos e não foi fácil. No início, quando ainda havia stock de habitação para alugar, mesmo assim havia que explicar porquê para este público alvo, porquê para eles. Porque há uma estratégia por detrás. Atrair talento, massa crítica.

Como conseguiram motivar os proprietários para alugar, ainda que com a intermediação municipal?

Começamos por uma ordem de alugar absolutamente tudo o que aparecia o mercado, no coração da cidade. Muitas casas fechadas, muita emigração e as casas ficaram vazias. Nos primeiros tempos foi quase “a saca-rolhas”. Em 10 anos, digamos que os primeiros 2 foram muito lentos, depois acelerou até esgotar a disponibilidade.

Que garantias deram aos proprietários para conseguir motivar?

A garantia é a intermediação municipal. O inquilino somos nós e pagamos religiosamente aos proprietários. O contrato é a nome da câmara. Isto acaba por dismantelar o mercado negro do aluguer.

Ganhamos a batalha política da agenda que discrimina quem tem mais massa crítica, mais capacidade de investimento, quem consegue andar mais depressa, mais capacidade de internacionalização, através de uma abordagem mais transversal, mais integrada, com a educação e inclusão das escolas.

No Natal 2015, momento em que muita gente criticava esta agenda, começamos a trabalhar mais as escolas com um programa de academias de código. Achávamos que na perspectiva da nossa estratégia de inovação e atração de empresas de IT, fazia sentido que as crianças a partir dos 6 anos pudessem aprender programação. Claro está, também encontramos parceiros abertos, lá está, startups do nosso ecossistema. Parcerias de geometria muito variável. É mais arriscado, as empresas são pequenas, nem todas sobrevivem, é verdade, às vezes deixam-nos pendurados. Mas se queremos fazer coisa diferentes, nas margens, também temos que encontrar empresas diferentes e que estão nas margens. Normalmente essas empresas estão mais abertas e se nós necessitamos experimentar ou criar protótipos, as grandes empresas não estão dispostas a fazer esse exercício, ou estão a um preço que não podemos pagar.

Fizemos uma parceria com a [Academia de Código](#) mentora dos processos de academia de código e participamos, fazendo parte do trabalho internamente com a câmara. Fez falta reposicionar pessoas, requalificar o capital humano. Não fomos de repente buscar pessoal todo novo.

Foi muito curioso ver que nos desenhos escolares desse ano, os Pais Natal eram robôs! Entrou nas casas porque a escola é a capilaridade total.

E a nível de empresas como é que o IT chegou?

O modelo também foi atípico. Nós necessitamos ancoras. Um grande problema dos territórios de baixa densidade, ou vazio espanhol, é a falta de empresas ancora. Nos sectores tradicionais podemos até ter, na primeira transformação (agro-industria) ou no sector energético, (obviamente com as renováveis num território como o nosso) ou no turismo.

Nós jogamos em 3 dimensões:

- No sector agroalimentar com um [Club de produtores](#) para a internacionalização. A nossa lanca era a internacionalização (início com a marca [Cereja do Fundão](#)).
- Na metalomecânica, fizemos um estudo de mercado com a mecânica de precisão a ver até onde poderíamos chegar com a internacionalização. E foi através da comunidade emigrada, que estavam na França e na Suíça no sector da indústria de luxo que se estavam já a deslocar a um ritmo relativamente lento para o Fundão. Emigraram, subiram na hierarquia das empresas como encarregados porque não eram licenciados e, sobretudo com a subida do franco suíço, começaram a dizer: E porque não investir em Portugal? Isto passa-se no final de 2010 mas aceleramos em 2012, quando identificamos que a metalomecânica existente tinha capacidade para fazer diferença e podia crescer em valor, em complexidade e em empregabilidade. Passamos de 200 para mais de 1.000. No IT passamos de 3 pessoas para mais de 1.000. Dentro do investimento procuramos como podíamos atrair capital intensivo, num momento em que o país estava falido e, já agora, a Câmara também.
- A terceira vertente e a mais disruptiva foi a do IT, porque se no agroalimentar Cereja do Fundão, vinho azeite...) e na metalomecânica já havia uma base forte, neste caso a aposta foi literalmente desde o zero.

Estas foram as 3 apostas para ter um plano de atração de investimento, de internacionalização do existente e na captação e capacitação de pessoas ou profissionais qualificados.

Os fundos europeus que papel jugaram em tudo isto?

Foram muito importantes. Quando se tem uma estratégia integrada, polarizada na área de inovação focalizada em pontos concretos é possível aproveitar o financiamento:

Aproveitamos todos os fundos de reabilitação urbana da cidade e políticas de cidades. 90% foi utilizado para re-funcionalizar edifícios públicos, reorientados para novas funções urbanas; para criar a ideia de hub dentro da cidade ou “a cidade como um hub”; para criar elementos de interface como o FabLab; para criar centros de atracção de empresas de natureza tecnológica; para criar toda a nossa agenda de espaços de empreendedorismo e cowork. Fomos de longe os primeiros há 10 anos; e com uma política urbana contrária à existente (então e agora): não aceitamos por opção a ideia da segmentação na cidade (zoning urbanístico). A indústria já não todo é toda poluente, portanto esta pode estar no centro da cidade. Não quisemos fazer parques tecnológicos ou de incubação, nem áreas de investigação tecnológicas nas imediações da cidade. Tudo se faz no coração da cidade.

Quando se iniciou a abordagem das cidades de circuitos curtos, quando se iniciaram os movimentos de co-living (e mesmo o encerramento COVID), nós já tínhamos experiência. O desafio é como o fazemos ainda melhor: O espaço verde, os espaços de correlação urbana, de contacto humano? Relativamente aos princípios de co-living estamos já no 2.0, agora a questão é fazer upgrade. Ainda temos caminho para fazer.

E como fica a ponte entre o urbano e o rural, sendo Fundão um município com umas áreas rurais muito extensas?

Temos um aspecto muito vantajoso: 80% das pessoas que atraímos são internacionais e qualificadas. Começamos por trabalhar em atrair pessoas qualificadas, criando uma primeira ancora empresarial no âmbito do IT ao convencer a Altran para se fixar num sitio em que não havia engenheiros, não sendo uma cidade universitária. Convencer que é possível atrair talento num sitio sem histórico. EUA isso é história, já se fez a partir de nada, enquanto que

Portugal e Espanha creem que só a partir de cidades médias se pode fazer isto, só a partir do princípio de concentração poderíamos competir na Europa e desenvolver o país de uma forma integrada. Esqueceram que pode haver outros sítios sem massa crítica nenhuma mas que são relevantes para deslocalizar coisas ou para acontecer coisas. A macrocefalia em Portugal está-se a pagar caro agora, com a dificuldade para as pessoas viverem nos centros da macrocefalia, exemplo mais acabado da falência de uma política de desenvolvimento do país.

Qual é a universidade de referência para o Fundão?

UBI – Universidade da Beira Interior (Covilhã-20km)

Neste momento temos 43% do licenciamento urbano de habitação em áreas rústicas. Isto significa que a interligação de um município que se afirma pela sua ruralidade realmente está a acontecer. O ponto de chegada dos internacionais é o centro da cidade, o ponto de partida dos nacionais é um mix, já nos procuram também os movimentos neo-rurais, tanto internacionais com estilos de vida alternativos como nacionais mais no âmbito do neo-rural. Nalgumas freguesias isto tem relevância. Temos mais internacionais a viver fora do que no centro, recebemos muitos no centro, mas o ritmo é maior fora. O fator espaço rural como fator de atração de vivência é muito relevante, as aldeias podem ser relevantes, ainda que o conceito ganhador é a quinta como a casa num espaço mais naturalizado.

Como funciona em termos de serviços a esta população? Sobretudo para quem vem de uma cidade, espera uns serviços básicos mínimos.

Aqui é onde temos espaço para melhorar. Mas para coisas essenciais: em saúde estamos a dar a mesma resposta que têm os do centro. Há que ter em conta que a resposta em áreas de baixa densidade não é a mesma. Em termos de educação, parcialmente sim. Conseguimos que quem vem com família se possa integrar na escola pública, sendo que normalmente os casais que chegam têm filhos muito jovens, o que ajuda sobretudo no que diz respeito ao idioma. Apesar disso, temos escolas públicas bilingues entre os 6 e os 15 anos. Poucas turmas (2 por cada ano), precisamos mais, mas ajuda em termos de internacionalização. Começamos a ter oferta, ainda imberbe, de escola privada de modelo não convencional, não colégio mas modelo de escola hub, escola internacional ou ensino remoto. De há um ano a esta parte, começamos a ser alvo de projectos piloto, dada a exposição internacional que temos, com tendência a aumento num futuro próximo. São escolas híbridas de ensino à distância; os vários níveis estão juntos ([Brave Generation Academy](#) – uma startup). São as abordagens que complementamos e cremos acelerar na escola pública.

Uma outra da questão da baixa densidade é como se promove a sustentabilidade desta reposição demográfica, sobretudo população activa. Esta foi uma das questões recentes que já é um upgrade da nossa estratégia inicial de apostar na inovação como fator chave: acolher!!

Passamos do mote “Fundão Inovação” para “Fundão Terra de Acolhimento”. O acolhimento passou a ser ainda mais importante, sem nunca deixar a inovação de lado. Reforçamos a equipa de acolhimento, reforçando perfis, diversificando valências: centro de migrações com respostas atípicas como o apoio ao domicílio de acolhimento, coisa que a política europeia normalmente não dá resposta. A ideia geral é o centro de acolhimento de migrantes como campos “dormitórios” institucionalizados até que encontrem trabalho. Se não encontram ficam indefinidamente institucionalizados, sobretudo quando falamos de refugiados ou migrantes económicos (barcos).

Aqui entra a política de subarrendamento público que é uma das mais arriscadas que já experimentamos. Sobretudo porque há 10 anos não havia enquadramento legal nem precedentes. Inovação em política pública, já que esta normalmente está concebida em função de escala e nós necessitamos a microescala e de resposta personalizada porque o público é mais vulnerável, por um lado, e mais competitivo pelo outro lado e queremos atrai-lo e retê-lo. A bolsa de habitação pública de aluguer permite acelerar o processo de autonomização dos migrantes. Além disso acompanhamos com apoio ao domicílio. Quanto mais rápido as pessoas sejam autônomas em termos de habitação, mais depressa as outras coisas acontecem em termos socio profissionalizantes e de língua, por exemplo. A institucionalização excessiva retira energia às pessoas e estas perdem capacidade e vigor para se adaptarem.

Temos uma primeira resposta de front office o mais holística possível e depois tentamos que as pessoas, o mais rapidamente possível, sejam autônomas em termos de habitação e emprego. Temos migrantes com perfis desde o doutorado até ao apanhador de fruta. Em casos como a Índia, por exemplo, coincidem os 2 perfis extremos. Não é só intercultural como também interclassista. A intermediação na habitação começou por ser dirigida aos profissionais qualificados e foi aberta a todos os migrantes. Aprendemos que isso é chave em todos sectores e para todas pessoas. Isto significa que no mesmo prédio podemos ter engenheiros informáticos e apanhadores de fruta. Isso é um laboratório muito à frente do que estamos acostumados.

A nível de convivência social está a ser pacífica a convivência?

Até agora sim. Dentre de pouco (um ano) alguns grupos vão começar a ter dimensão suficiente para ter algum choque. Até agora não tivemos choque intercultural NENHUM. Entre Fundanenses nacionais e internacionais, algum, mas muito pouco.

Nós somos territórios de diásporas e aprendemos. Se pensarmos bem, os problemas nos bairros críticos (Paris ou Bruxelas com uma gentrificação total) não têm sido tanto entre grupos, mas sim por um conjunto de pessoas não nacional revoltadas com o sistema que é um sistema nacionalista. Em vez de focar na diferença deveríamos focar no acolhimento.

A nível de peso da população internacional estamos nos 3% como aflora a estadística oficial?

Já estamos, em termos reais, por cima dos 10%. Temos 2.000 pessoas na estadística oficial, o que quer dizer com autorização de residência. Mas agora deve haver 3 vezes mais com pedido de residência em tramite. E com 73 nacionalidades diferentes, com um peso dominante de brasileiros, mas provavelmente esta diversidade é positiva. Quando se regista o cabeça de família depois há que ter em conta todos os restantes familiares que vêm com ele e não estão registados. (censos 2021 – população 26.503).

Para ter direito a serviços públicos, nomeadamente saúde e educação é requisito estar registado e ter residência?

Esse é o modelo mas nós furamos um pouco essa lógica. E por vezes somos criticados por nos metermos nas competências dos outros. Outro princípio desde os territórios vazios ou de baixa densidade: o princípio da descentralização. Quantas mais competências tivermos desde o poder local melhor. Mesmo competências que noutros territórios estão na administração central ou sejam mais concentrados. Nós necessitamos as competências todas.

A descentralização que está a ter lugar neste momento em Portugal é efectiva?

As competências que nos foram passadas nesse âmbito até agora não nos serviram para nada. Por exemplo nós entramos no projecto educativo local a fundo, quando as competências dizem que na parte pedagógica os municípios não se metem. Só nos edifícios, nos auxiliares e pouco mais. Se fizéssemos caso disso, não teríamos academias de código nem ensino bilingue.

E como se resolve esta divergência de competências?

Fácil: porque a lei o permite! A lei permite projectos piloto, está prevista na área da educação, portanto façam-se. Nós somos o último bastião do estado, necessitamos ter quase as mesmas competências que o estado ou corremos o risco de desaparecer, literalmente. Ao contrário do que se pensa normalmente, a menos indivíduos e densidades - redução de competências, em realidade necessitamos maior diversidade, porque cada cidadão necessita ter acesso a todas as competências. Podemos não ter um hospital central de primeiro nível, mas é indispensável ter saúde. Se são 20 pessoas, essas 20 necessitam continuar a ter saúde.

Quer dizer que a nível de competências o nível de descentralização actual permite trabalhar?

Sim, mas eu quero mais. Por exemplo: que competências têm os municípios a nível de migrações? Nenhuma, não aparece a palavra nem uma só vez. Não nos impediu de fazer um centro de migrações, mas nuns anos o tribunal de contas pode vir a casa pedir-me satisfações.

Um último exemplo a nível da política territorial. Recentemente no processo de revisão do PDM, tivemos divergências com a CIM que, seguindo as diretivas nacionais, não permite a edificação em absoluto em solo rural. Nós não aceitamos isto. O papel de vigilância que pode exercer sobre o território a presença humana é fundamental. Assim como a nível ambiental é fundamental a manutenção e expansão da diversidade e complexidade dos tecidos agrícolas e agroflorestais porque é o a última fronteira de controle e proteção frente aos incêndios, por exemplo.

Entrevista realizada no dia 9 de Agosto de 2022 no âmbito do relatório *“Small and medium sized towns and cities in Spain, Portugal, Italy, Germany and in Europe: policies strengthening their role in achieving active, inclusive and functional territories”* ao Chefe de Divisão de Inovação e Investimento do Município do Fundão RICARDO GONÇALVES.

- licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e Master em “Master of Business Administration – MBA” pela Universidade da Beira Interior Universidade da Beira Interior.

[município do Fundão como caso de estudo.](#)

Todo o processo foi liderado pelo Presidente da Câmara Paulo Fernandes, que criou uma Task Force para desenhar a Estratégia Municipal de Inovação.

Quando Iniciamos a definição da estratégia demos muita importância a auscultar as pessoas, isso foi fundamental. Fizemos muitos fóruns, muitas discussões abertas ao público em geral. O Município apresentava-se com um “caderno de encargos” predispostos a ouvir sugestões sobre o que deveríamos fazer. As pessoas sentiam que faziam parte e que a estratégia de alguma maneira estava alinhada com as suas expectativas.

Ainda assim foi duro. Num território de carácter agrícola com desafios económico importantes, a nível da reabilitação urbana, ou do emprego dado que naquele momento havia cerca de 2.000 desempregados no concelho (hoje 500), de repente começar a falar de economia digital, robótica foi complicado.

Ao mesmo tempo houve que desenvolver um plano de saneamento financeiro para equilibrar as contas do município, desde 2012 que se aprovou o plano para reduzir a dívida.

Quando se colocaram prioridades, houve muitos momentos em que se poderia ter desistido.

Se não fosse a determinação e visão do Presidente, a segurança de que havia que conseguir sob pena de continuar a definhar, e a disponibilidade para correr riscos. Algumas ações não estavam claras se se enquadravam nas competências municipais. Poderíamos ter investido em coisas que se tivessem revelado inúteis, com o risco político implícito.

Na cultura vigente de política a curto término para garantir reeleição, este tipo de risco não é comum.

Foi também muito importante começar logo a trabalhar em rede. A primeira ferramenta criada foi o LLCB.

O Âmbito da Cova da Beira é mais real que o eixo Guarda Fundão Castelo Branco que na prática não chega às pessoas. Tem um conjunto de limitações como a mobilidade que o limitam.

A mobilidade no fundão não é uma mobilidade dentro da cidade. Não temos desafios internos, estamos a fazer o caminho para a transição para uma mobilidade mais sustentável.

A nossa mobilidade é entre Fundão, Guarda, Castelo Branco e funciona exclusivamente pendente do veículo particular. O comboio só tem 2/3 trajetos diários desligados da realidade empresarial. Não existe capilaridade entre a estação e a zona industrial. O mesmo passa na Covilhão. A mobilidade é crítica.

Depois temos o muito falado problemas das portagens. Para deslocar à Guarda há que pagar mais de 4€ por trajecto e não há alternativas. Já não falando de ir a Lisboa.

Com a reestruturação da figura das CIMs, o Eixo Guarda-Fundão-Castelo Branco ficou partido entre 2 CIM. Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa que nem cumpria todos os critérios para a sua criação, nem em termos de população nem de serviço universitário.

O que falta são estratégias interligadas que afirmem este eixo urbano.

Claramente é um eixo que faz falta. Bem trabalhado de forma integrada tem um potencial muito grande. E há sinergia e empatia entre os municípios. Vejamos exemplo da Cova da Beira. Há 10/15 anos atrás já existia, mas a cooperação entre municípios não era tão muito relevante. Inclusive havia um certo sentimento de concorrência. Isso mudou radicalmente, tanto com a mudança política como com a colaboração. Atualmente há uma certa sensação que o que é bom para um também o é para os restantes. Na realidade a ligação Fundão Covilhã funciona muito bem. Há uma série de respostas que deveriam existir (voltamos à mobilidade) mas há ainda muito caminho para fazer. A integração dos 30.000 de um lado e dos 60.000 do outro daria uma força diferente próximo aos 100.000 habitantes, o que já começa a ser realidade ao contar o conjunto da Cova da Beira, mas se ampliamos ao eixo Guarda-Castelo Branco já é uma realidade que deixa de existir.

No âmbito do PRR há projetos que teriam sentido no âmbito do eixo, mas está dividido entre os polos universitários de Coimbra y Beira Interior. A liderança deste processo, por exemplo, está nas mãos das universidades. Mas a estrutura de decisão intra-municipal é complexa e não se tomam decisões em tipo útil. E não coincide com outras estruturas administrativas como a dos tribunais, das forças de autoridade, dos hospitais, da segurança social.

As pessoas não sentem no seu dia a dia as mais-valias de uma CIM. Há um corte com Castelo Branco, está mais próxima do Douro com o qual não tem relação e ainda tem a Serra da Estrela pelo meio que é uma interferência importante.

A descentralização é um processo que desconhece aos resultados em várias áreas, como exemplo na educação os programas de programação ou bilingue nas escolas é um avanço.

Inicialmente começamos com uma pequena equipa para ser mais ágil, trabalhávamos com bastante autonomia porque tínhamos que andar muito rápido, mas em determinado momento foi importante incluir os serviços municipais e as gentes e foi possível encontrar dentro do município um conjunto importantes de pessoas que se disponibilizaram para mudar radicalmente o seu modo de trabalho, ganhar competências em novas áreas e começar a trabalhar nestas. Isso acontecer por exemplo no apoio a empresas. Quase todos já trabalhavam no município.

O município investiu muito na capacitação dos meios humanos. Dá o exemplo dos técnicos do Fab-Lab que fizeram logo no início uma capacitação específica para que o município não estivesse sempre dependente de consultoria externa.

Quando a estratégia ganhou tração, criou-se o consórcio de Produtores do Fundão, com empresas que já estavam ou queriam estar na esfera da exportação. Começamos com uma abordagem informal de colaboração para potenciar oportunidades para, extrair presentes em grandes feiras internacionais, de forma colaborativa. O município treinou uma equipa para estar preparados para este processo de promoção das nossas empresas. Numa ótica de partilha de custos e recursos.

A marca Fundão foi sendo consolidada mesmo antes de 2012, com a marca Cereja do Fundão, derivado da marca Fundão 365 que se consolidou e hoje em dia está entre as grandes marcas Portuguesas (maçã Alcobaça, laranja do Algarve...). Levou depois à criação a cooperativa CERFUNDÃO. Foi feita uma campanha muito forte, quase spam.

Mas ainda nos deparamos com algo muito enraizado neste país que é a resistência colaboração. Ainda muitos produtores se resistem em entrar numa estrutura como a CERFUNDÃO, colheita, câmaras, distribuição. Os maiores são os mais resistentes e funcionam como concorrência. É legítimo, mas sempre que há apoios públicos, depois o produto tem que ser trabalhado nas cooperativas. Em portuga deveria ser assim para promover estas sinergias.

Começamos por produtos agrícolas, mas em 2012 o que eram tendências, economia tecnológicas e digital e que agora são realidades chamou a atenção como oportunidade ao serem empresas que não necessitam grandes espaços, grandes investimentos para a sua localização, nem de grandes cadeias logísticas associadas. Necessitam conectividade e talento e isso é uma oportunidade única para territórios como este, pegando no ponto da qualidade de vida.

No início de 2013 tivemos mais sorte do que esperávamos com a chegada da ALTRAN que confiou no Fundão (engenharia de software). Isso aconteceu com base em confiança, talvez pessoal. Ainda não compreendo como correram o risco.

No início não tínhamos nada. Tínhamos um Powerpoint e boas intenções. Através de conhecer-se numa feira a conversa foi evoluindo e a confiança criou-se.

A estratégia começava com a nossa oferta desenhada para novas empresas e que colocava o tema da qualidade de vida como tônica principal. Infraestruturas, incentivos que incluía os fiscais, a mobilidade, o apoio à habitação e as parcerias, talento e dentro deste a formação.

Mas em primeiro estava a qualidade de vida. Pessoas mais felizes mais produtivas e que ao final do dia entregavam mais valor às empresas. Presidente ia de porta em porta apresentar às empresas e a maioria não queria saber. Só a Altran percebeu esta mensagem. Criaram uma história e isso também os ajudou muito a crescer em Portugal.

Os custos de vida são muito mais reduzidos e a comodidade na deslocação de curta distancia resulta atrativa para os profissionais comparando com Lisboa, por exemplo.

Disponibilizamos instalações (antiga Moagem). Incentivos fiscais estão pendentes da criação de emprego. Programa mobilidade supõe apoio para encontrar casa, escolas, tratar de documentação e com o compromisso de o fazer num mês após a adjudicação de um contrato.

Temos neste momento 240 casas neste programa. 240 profissionais + as suas famílias. A esmagadora maioria são estrangeiros.

Esta realidade criada no fundão, mais além de atrair profissionais qualificados estrangeiros, também criou oportunidade para residentes que anteriormente não tinha oportunidades profissionais. Mas sabemos que o nosso maior sucesso é com os profissionais mais sênior que sabem o que fazem quando se instalam no Fundão por deixar a vida que tinham em grandes cidades e viver de um modo diferentes. No caso dos mais jovens o desafio é maior já que ao acabar formação querem conhecer o mundo e ter outras experiencias de vida.

Fizemos questão de fazer ênfase reabilitação urbana porque queríamos mesmo fomentar a revitalização socio econômica do centro da cidade e das aldeias e isso tem acontecido. Ainda

com muitos desafios, mas felizmente à uma diferença muito grande entre o que é o parque edificado agora e o que era há 10 anos atrás.

A pressão constante no mercado de arrendamento levou ao programa atual. As primeiras angariações foram arrancadas a ferros, mas neste momento o mercado de aluguer do Fundão tem uma boa dinâmica, apesar de ainda se enfrentar com as típicas resistências aos que vêm de fora. Há sempre o conflito de que tudo isto complica a vida aos de cá e é mais difícil o acesso aos recursos e a habitação está mais cara. Havia a questão legal do subarrendamento com a câmara como intermediária, dando o incentivo de 150€ mensais como desconto ao preço da renda. Já foi auditado e neste momento é um processo aceite.

No momento em que a ALTRAN se instala ainda não havia fibra ótica no Fundão, só os bancos tinham serviços dedicados, mas a proximidade do edifício re-funcionalizado da moagem à linha do comboio permitiu uma rápida solução já que por aqui se distribui a fibra ótica.

O tema da conectividade é fundamental. Continuamos a ter desertos tecnológicos no interior do país. É uma função do estado exigir às operadoras através da ANACOM, que levem a conectividade a todo o território. Não podemos desenvolver o território sem isso.

A primeira coisa que dissemos foi um absoluto falhanço. A aldeia de Castelo Novo (a aldeia mias portuguesa de Portugal e com os valores de habitação mais elevados que no centro e na região). Anunciamos que seria uma aldeia retiro para programadores de open-source (2013). A verdade é que não conseguimos por impossibilidade de colocar conectividade. A luta com as operadoras para o fazerem e só aconteceu à 4/5 anos.

Não podemos deixar este tema à mercê dos planos económicos das operadoras, o estado há de definir regras. Se são prestadores de um serviço público considerado pela lei como essencial, e se têm lucro nos sítios onde há muitos utilizadores, têm que compensar investindo nos sítios onde há menos.

De um extremo do Fundão, Janeiro de Cima, até ao extremo oposto em, Orca, há 1:40 de carro por uma orografia complicada e estradas sinuosas.

Nem tudo chega à extensão total do município? Como se estrutura o território?

Tem chegado de várias formas. Quando começamos sabíamos que o Fundão tinha este efeito de capitalizar o centro, mas tinha de disseminar também. O programa de habitação que alargamos a todo o concelho do Fundão, também nas aldeias. Muitas vezes o problema de estender o programa passa pelas dificuldades da mobilidade.

Se me perguntam qual é o maior desafio que temos pela frente, eu diria mesmo que é a mobilidade. O que tem acontecido nestes territórios, é que uma vez mais os operadores de transportes públicos que têm uma concessão do estado, cancelam as carreiras que não dão benefício. Deixamos muitas comunidades sem serviços. O estado tem que meter dinheiro nestas coisas.

Há que evoluir nos modelos. Sempre que vemos propostas ligadas a smart-city, ou algum financiamento à linha de mobilidade, tudo está focado em acções para grandes cidades.

Por exemplo. Temos problemas de comunicação com estes núcleos, mas sabemos que há pessoas que se deslocam a diário por serviços ou outros, com os carros vazios (IPSS, escolas, o município) todos se deslocam diariamente e não estão otimizados estes recursos. Há que

incentivar as pessoas com novas tecnologias. A tecnologia está aí é possível criar um Uber comunitário e temos as estradas necessárias.

Outra grande questão: tivemos a capacidade de aprovar uma proposta no marco do Portugal 2020, que criava uma oferta integrada de transporte, tudo integrado numa plataforma tecnológica para prestar serviço ao cidadão (transporte, estacionamento, bicicletas, recompensar a boleia)...Estava financiado, lançamos concurso público e o interesse foi tão grande, com questões tão técnicas que tivemos que assumir que não temos capacidade técnica para assumir o desafio. Queremos serviços eficientes, mas continuamos a ter barreiras para que as administrações locais possam formar e contratar recursos humanos ad-hoc.

Cancelamos o procedimento e fomos buscar a UBI para nos dar apoio e relançamos. E voltou a acontecer exatamente a mesma coisa. E tivemos que abdicar do financiamento. Não vamos desistir, mas teríamos que lançar um procedimento para contratar uma empresa para gerir o processo.

Relativamente aos financiamentos, compreender tudo o que está disponível é complexo. Muitos municípios, que são quem efetivamente canaliza estas oportunidades, não têm capacidade para entender o marco e obter os apoios sendo competitivo.

Mas também condicionamos os apoios ao desenvolvimento de coisas novas. Vivemos obcecados com a inovação disruptiva. Muitas vezes partilhamos os nossos problemas em muitos programas e temos visto muitas boas práticas que são a solução que necessitamos. Porquê não aproveitar e replicar, sobretudo se já está comprovado o funcionamento.

Qual é a capacidade dos recursos humanos do Fundão para dar resposta a estes desafios?

Fundão é algo diferente, formaram pessoal para as suas necessidades concretas. Mesmo assim faz falta encontrar pessoas com o mindset e a agilidade mental para assimilar estas mudanças e ganhar novas competências. Mas mesmo estes se frutam com os mecanismos que tem a administração pública para recompensar os esforços.

Disponibilidade do município para capacitar as pessoas, uma percepção clara do presidente e da liderança política do município, de que é importante estas áreas terem um suporte capaz a nível de recursos humanos, fez a diferença para conseguir uma estrutura técnica muito acima da média comparada com outros municípios. De forma isolada necessitamos de mais apoio, por exemplo na área da inovação. Sem todo o apoio e mentoria que se brinda às start-ups, não teríamos os resultados e mesmo prémios que temos tido. Damos esse serviço com pessoas que fazem outras coisas dentro do município. Claramente faltam recursos.

Entrevista realizada no dia 6 de Setembro de 2022 no âmbito do relatório *“Small and medium sized towns and cities in Spain, Portugal, Italy, Germany and in Europe: policies strengthening their role in achieving active, inclusive and functional territories”* ao Professor JOÃO CARLOS CORREIA LEITÃO

- Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
 - Professor Associado na Universidade da Beira Interior - Research Center in Business Sciences - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - NECE – Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais
 - Me
 - Membro da Assembleia Municipal do Fundão – PSD/PP
 - Não nasceu no Fundão mas vive lá há 10 anos e entrou na assembleia municipal. Vai pelo 3º mandato. Primeiro como independente e nos últimos 2 mandatos no grupo do actual executivo (PPD/PSD).
 - Conhece bem a realidade da Beira Interior e do Norte Alentejano.
-

Introdução sobre os objetivos do presente relatório, assim como das entrevistas relativas ao município do Fundão como caso de estudo.

Começa por alertar para 1 questão relativamente a estes “nós” urbanos de pequena dimensão e um perigo deste modelo das SMTC:

- SMTC não são exactamente urbanas, têm um carácter urbano-rural.

- Fenómeno de polarização, quando os habitantes abandonam os espaços mais rurais das SMTC e se situam no centro mais urbano, o que reforça o processo de desertificação (exemplo Espanha).

Por exemplo, Fundão ou Covilhã até estão a conseguir captar população estrangeira, mas por 2 vias:

- Estrangeiros, mão de obra sobretudo não qualificada;

- Com o sacrifício das aldeias cujos habitantes abandonam para se estabelecerem nestes polos à procura de proximidade a serviços essenciais (educação, saúde, apoio social,...) com melhor acessibilidade e menor custo de transporte.

Isso não significa que se aumentou a atratividade, apenas que se está a sacrificar as zonas rurais mais periféricas em prol da concentração nestes micro agrupamentos ou nós urbanos.

Quando perguntado como reverter este processo, por onde começar opina:

Ponto fulcral do problema é infraestrutura:

- Acessibilidade, necessário reduzir o tempo de deslocação entre o rural e o urbano

- Autoestrada da informação. Enquanto o acesso a informação não abranja a totalidade do território em contínuo, cria disparidades e afugenta a população destas áreas sem cobertura.

Portugal tem melhor qualidade desta rede de comunicação (dados) que Espanha ou mesmo que outros países de CE? Portugueses são conscientes desta característica?

Pensa que sim, que em geral os portugueses são conscientes que o acesso às redes e tecnologias da informação não é mau, o problema está no custo de acesso, extremamente elevado comparando com outros países (25€ mensais de média).

Outra questão é a qualidade da cobertura e a existência de muitas “zonas brancas” sem cobertura.

Já existem tecnologias, por exemplo os agricultores estão a ajudar com o uso de tecnologia *“LoRa”*, mas não é o mesmo que ter uma ligação fibra em cada casa.

Ainda não todos temos acesso ao 5G quando já se fala do 6G. Ligação satélite é um patamar ao qual ainda não temos acesso. Isto limita a competitividade destes territórios.

De quem é a responsabilidade ou a competência desta questão? Que podem os municípios fazer para influir nesta questão?

Os 3 agentes principais são:

A estrutura da CE, depois o nosso Governo e por fim a Autoridade Nacional de Comunicações - [ANACOM](#).

Os municípios são parte interessada, assim como as CIM e as CCDR mas não têm capacidade nem de legislação nem de regulação. Apenas podem pressionar ou influir, por exemplo:

- Inscrevendo nos seus planos estratégicos, como o caso da CIM das Beiras e Serra da Estrela que tem inscrito um projecto de conectividade (*que não vai ser realizado, comenta*) onde se revela a necessidade de cobertura total do território. O que está previsto para esta zona ainda é apenas o 4G, nem sequer o 5G e com as zonas brancas que se podem constatar no mapa [tem. REDE](#) publicado desde 2020 pela ANACOM.

- Acredita que a ausência de cobertura também está relacionado com a baixa densidade populacional dessas “zonas brancas”, ainda que essas zonas hoje em dia tenham até procura por parte de comunidades estrangeiras, algumas de tipo alternativo (“novos rurais”) que procuram outros modos de vida, que talvez não sejam os que gostaria de ver para este território. Também refere o caso de outro colectivo estrangeiro que são os que têm “casa de férias” em Portugal e chegam a passar metade do ano aqui, nos meses mais frios e a outra metade nos países de origem quando o tempo é mais ameno. Este é um fenómeno que começou pelo Algarve e agora também está a ter lugar no interior.

São pessoas com uma certa capacidade económica, adquirem propriedades, restauram algum edifício, mas não contribuem para coesão territorial. Não é o mesmo que população que se instala com família, que trabalha por conta de outrem ou cria o seu negócio, isso é um mecanismo de coesão diferente.

Escala Supra-Municipal está a funcionar? CIM, Agrupação de Municípios? Acordos e pactos? Há Capacidade?

- Sim, há capacidade, mas falta massa crítica. Por exemplo CIM das Beiras e Serra da Estrela agrupa um universo populacional de menos de 100.000 habitantes, não chega a ser uma cidade de média dimensão. Com 15 municípios tem menos habitantes que Braga (193.324 Censos 2021) que é a terceira cidade do país. Aqui há um problema de massa crítica. 150.000 habitantes seria mais coerente apesar de aumentar custos de coordenação, (Beira Baixa + Serra da Estrela + Pinhel).

Se não aumenta corpo para ganhar massa crítica, há capacidade de cooperação mas não há operacionalização de projectos supra-municipais.

Se não se operacionaliza é por questões de liderança política a nível municipal. Os líderes municipais são os responsáveis de não haver mais projectos de carácter supra-municipal.

CIM tem feito o trabalho de casa, nomeadamente o planeamento, tem suscitado a ligação entre os diversos municípios e agentes, tem informado no devido tempo quais são os programas operacionais e os fundos de financiamento, mas os municípios não trabalham de forma agrupada de forma a ter um sentido de comunidade, só a nível concelhio.

Designação	Municípios Integrantes	Habitantes (Censos 2021)
ÁREAS METROPOLITANAS		
Área Metropolitana do Porto	17 ESPINHO, GONDOMAR, MAIA, MATOSINHOS, PAREDES, PORTO, PÓVOA DE VARZIM, SANTO TIRSO, TROFA, VALONGO, VILA DO CONDE, VILA NOVA DE GAIA, AROUCA, SANTA MARIA DA FEIRA, OLIVEIRA DE AZEMEIS, SÃO JOÃO DA MADEIRA, VALE DE CAMBRA	1 736 228
Área Metropolitana de Lisboa	18 AMADORA, CASCAIS, LISBOA, LOURES, ODIVELAS, OEIRAS, SINTRA, VILA FRANCA DE XIRA, MAFRA, ALCOCHETE, ALMADA, BARREIRO, MOITA, MONTIJO, PALMELA, SEIXAL, SESIMBRA E SETÚBAL	2 870 208
COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS		
CIM Alto Minho - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho	10 ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, MELGAÇO, MONÇÃO, PAREDES DE COURA, PONTE DA BARCA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA	231 266
CIM do Cávado - Comunidade Intermunicipal do Cávado	6 AMARES, BARCELOS, BRAGA, ESPOSENDE, TERRAS DE BOURO E VILA VERDE	416 605
CIM do AVE - Comunidade Intermunicipal do Ave	8 CABECEIRAS DE BASTO, FAFE, GUIMARÃES, MONDIM DE BASTO, PÓVOA DE LANHOSO, VIEIRA DO MINHO, VILA NOVA DE FAMALICÃO, VIZELA	418 455
CIM-TM - Comunidade Intermunicipal de Alto Tâmega e Barroso	6 BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DA PENA, VALPAÇOS VILA POUCA DE AGUIAR	84 248
CIM do Tâmega e Sousa - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	11 AMARANTE, BAIÃO, CASTELO DE PAIVA, CELORICO DE BASTO, CINFÃES, FELGUEIRAS, LOUSADA, MARCO DE CANAVESES, PAÇOS DE FERREIRA, PENAFIEL E RESENDE	408 637
CIM DOURO - Comunidade Intermunicipal do Douro	19 ALIÓ, ARMAMAR, CARRAZEDA DE ANSIÃES, FREIXO DE ESPADA À CINTA, LAMEGO, MESÃO FRIO, MOIMENTA DA BEIRA, MURÇA, PENEDONO, PESO DA RÉGUA, SABROSA, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, SÃO JOÃO DA PESQUEIRA, SERNANCELHE, TABUAÇO, TAROUÇA, TORRE DE MONCORVO, VILA NOVA DE FOZ CÔA E VILA REAL	183 875
CIM-TM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	9 ALFÂNDEGA DA FÉ, BRAGANÇA, MACEDO DE CAVALEIROS, MIRANDA DO DOURO, MIRANDELA, MOGADOURO, VILA FLOR, VIMIOSO, VINHAIS	107 272
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	11 ÁGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA E VAGOS	367 403
CIM-RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	18 ARGANIL, CANTANHEDE, COIMBRA, CONDEIXA-A-NOVA, FIGUEIRA DA FOZ, GÓIS, LOUSÃ, MEALHADA, MIRA, MIRANDA DO CORVO, MONTEMOR-O-VELHO, MORTÁGUA, OLIVEIRA DO HOSPITAL, PAMPILHOSA DA SERRA, PENACOVA PENELA, SOURE, TÁBUA E VILA NOVA DE POIARES	436 862
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	10 ALVAIÁZERE, ANSIÃO, BATALHA, CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, LEIRIA, MARINHA GRANDE, PEDRÓGÃO GRANDE, POMBAL E PORTO DE MÓS	286 752
CIM Viseu Dão Lafões - Comunidade Intermunicipal da Região de Viseu Dão Lafões	14 AGUIAR DA BEIRA, CARREGAL DO SAL, CASTRO DAIRE, MANGUALDE, NELAS, OLIVEIRA DE FRADES, PENALVA DO CASTELO, SANTA COMBA DÃO, SÃO PEDRO DO SUL, SÁTÃO, TONDELA, VILA NOVA DE PAIVA, VISEU E VOUZELA	252 777
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	15 ALMEIDA, BELMONTE, CELORICO DA BEIRA, COVILHÃ, FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, FORNOS DE ALGODRES, FUNDÃO, GOUVEIA, GUARDA, MANTEIGAS, MÊDA, PINHEL, SABUGAL, SEIA E TRANCOSO	210 602
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	15 CASTELO BRANCO, IDANHA-A-NOVA, OLEIROS, PENAMACOR, PROENÇA-A-NOVA E VILA VELHA DE RÓDÃO	80 751
OesteCIM - Comunidade Intermunicipal do Oeste	6 ALCOBAÇA, ALENQUER, ARRUDA DOS VINHOS, BOMBARRAL, CADAVAL, CALDAS DA RAINHA, LOURINHÃ, NAZARÉ, ÓBIDOS, PENICHE, SOBRAL DE MONTE AGRAÇO E TORRES VEDRAS	363 511
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	11 ALMEIRIM, ALPIARÇA, AZAMBUJA, BENAVENTE, CARTAXO, CHAMUSCA, CORUCHE, GOLEGÃ, RIO MAIOR, SALVATERRA DE MAGOS E SANTARÉM	235 861
CIM Médio Tejo - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	13 ABRANTES, ALCANENA, CONSTÂNCIA, ENTRONCAMENTO, FERREIRA DO ZÉZERE, MAÇÃO, OURÉM, SARDOAL, SERTÃO, TOMAR, TORRES NOVAS, VILA DE REI E VILA NOVA DA BARQUINHA	228 581
CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	5 ALCÁCER DO SAL, GRÂNDOLA, ODEMIRA, SANTIAGO DO CACÉM, SINES	96 442
CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	15 ALTER DO CHÃO, ARRONCHES, AVIS, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MONFORTE, NISA, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, SOUSEL	104 923
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	14 ALANDROAL, ARRAIOLOS, BORBA, ESTREMOZ, ÉVORA, MONTEMOR-O-NOVO, MORA, MOURÃO, PORTEL, REDONDO, REGUENGOS DE MONSARAZ, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO, VILA VIÇOSA	152 444
CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	13 ALJUSTREL, ALMODÓVAR, ALVITO, BARRANCOS, BEJA, CASTRO VERDE, CUBA, FERREIRA DO ALENTEJO, MÉRTOLA, MOURA, OURIQUE, SERPA, VIDIGUEIRA	114 863
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	15 ALBUFEIRA, ALCOUTIM, ALJEZUR, CASTRO MARIM, FARO, LAGOA, LAGOS, LOULÉ, MONCHIQUE, OLHÃO, PORTIMÃO, SÃO BRÁS DE ALPORTEL, SILVES TAVIRA, VILA DO BISPO E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	467 343

Elaboração própria. Dados da DGAL – Direção-geral das Autarquias Locais

Porque é que resulta tão difícil conseguir este sentido de comunidade?

2 Dificuldades:

- Uma de carácter cultural, competição predatória: eu ganho se tu perdes.
- Associado a esta cultura Lideranças mostram serem incapazes de olhar para o território como um todo.

Os líderes no que diz respeito às suas necessidades ao nível local, nomeadamente para provisão de serviços de interesse geral (educação, saúde, assistência social, saneamento água) dão preferência a projectos que garantam a sua reeleição em detrimento de projectos supra-municipais que que melhorassem a capacidade concorrencial do território. Lideranças mostram serem incapazes de olhar para o território como um todo.

CIMs têm feito um bom trabalho e devem continuar no sentido de criar essa identidade colectiva, esse sentir que é para o bem regional e não apenas concelhio ou como meio para garantir a recondução na função pública.

As CIMs estão a conseguir avançar e ganhar território ou todo este processo está imobilizado?

Há um misto. Nem todos os dossiers estão a avançar como desejado. No contexto de governação multinível em que estamos, as CIMs ao nível das NUTS III acabam por ser a forma de operar o envelope financeiro das NUTS II, neste caso Centro não só do PRR (resiliência) mas também dos Planos Operacionais.

Os Planos Operacionais acabam por ser operados através destas estruturas descentralizadas e por isso a responsabilidade e o papel activo das CIM. A dificuldade vem com a ausência de visão colectiva para a concretização desse envelope financeiro.

Falta também formação e qualificação na administração pública a nível municipal. A nível das CIMs é necessário aumentar o corpo técnico para conseguirem operacionalizar concursos.

Gostava mais de ver projectos de eficiência energética que envolvessem os 15 municípios do que estar a fazer uma listagem de projetos em que, por exemplo, cada município tem uma infraestrutura industrial eco-eficiente. O total não é igual à soma das partes.

CIMS têm e devem continuar a ter um papel fundamental na criação dessas dinâmicas sub-regionais mas têm que ganhar mais território e mais recursos, sobretudo capital humano.

É preciso criar vínculos que permitam atrair fluxos de investimento e conduzam os fluxos de inovação que surjam na região, nomeadamente os que têm origem nas instituições de ensino superior. Uma peça adicional que foi propusemos para este modelo de governação multinível é criar uma agência regional de inovação e investimento. Esta agência deveria ter a competência delegada para reforçar a cooperação e a ligação da universidade com a indústria além de desenhar e disponibilizar dossiers de investimento para a Região se apresente como unidade única perante potenciais investidores estrangeiros. Isto pode ajudar a criar o tal sentido de grupo.

Apresentar um dossier de investimento onde se incluem várias cidades ganha mais força do que andar, em silêncio, a tentar atrair o mesmo investimento oferecendo condições predatórias, cada município por separado, o que muitas vezes resulta em não conseguir resultados.

Tem conhecimento de acções deste tipo a nível supra-municipal que tenham tido êxito?

Não, operacionalizadas não tenho conhecimento. As únicas acções que tenho conhecimento, e são do campo imaterial, foi um [Programa de Promoção do Sucesso Educativo](#) e outro de criação de uma [Rede de Bibliotecas Digitais](#). Já foram concretizadas.

É possível ver resultados destas duas acções a nível de dados avaliação de impacto?

Não estamos habituados em ouvir falar da avaliação do impacto das políticas públicas e dos investimentos. A nível regional não é habitual.

A nível municipal é mais fácil, por exemplo o investimento que o município do Fundão fez na refuncionalização do Pavilhão Multiusos, que possibilitou numa primeira fase a instalação da [Altran](#), tem resultados visíveis: 1º reabilitou estrutura sem uso, 2º criou x postos de trabalho e 3º conseguiu que uma serie de empresas ligadas a novas tecnologias aí se instalassem. A nível regional ainda estamos longe desse cenário. Ainda estamos na fase de estruturação do planeamento que receio que redunde numa coleção de projectos propostos e com incidência municipal (soma de partes).

Como conseguir ampliar esta visão parcial dos políticos locais? Como incentivar a visão territorial?

Não é uma questão fácil. O mecanismo de atribuição de fundos teria que ser revisto. Depois de um ciclo que levou à apresentação do Plano Estratégico e que coincidiu com o período pré-eleições, agora estamos neste novo ciclo com mais de metade dos presidentes de câmara novos, uns por final de mandato outros por perder eleições, e a minha visão é negativa porque os interesses municipal sobrepõe-se sempre aos supra-municipais. De assinalar que os micro-municípios (SMTC) dizem ser prejudicados em relação aos que nem de media dimensão se podem dizer, mas que neste território têm um conjunto de propostas de projecto mais voluminoso e que têm PEDU (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano).

Se queremos que os agentes mudem o seu comportamento, identificado como competição predatória não colaborativa, há que ver como reagem à disponibilização de fundos. Portanto, haveria que alterar as regras de funcionamento condicionando a atribuição dos fundos a requisitos a ser cumpridos ao nível da abrangência territorial, obrigando à presença de 3 ou 5 municípios, por exemplo.

Se queremos mudar comportamentos há que mudar os incentivos.

É fundamental nestes territórios associar o pouco que há de qualidade institucional já reconhecida a nível internacional, com as entidades municipais e com as empresas. Deveria haver mais financiamento onde obrigatoriamente as universidades tivessem participação.

Exemplo: para criar um laboratório de investigação ou uma incubadora especializada, a universidade deveria estar obrigatoriamente involucrada. Não se pode deixar estes fundos exclusivamente à gestão municipal, já que não têm os recursos específicos necessários, as pessoas, as patentes, os projetos de investigação, as redes. Pode ser um denominador comum de qualidade.

Tem conhecimento de iniciativas deste tipo?

[MEDWET - Projeto na área da irrigação inteligente](#) da Universidade da Beira Interior com o município do Fundão, financiado pela FCT e [Programa PRIMA](#) (área do mediterrâneo). Fundão criou o [Agrotech](#), tem um Campo Experimental no antigo seminário, infraestruturas que não são normais a nível municipal e que permitiram a parceria.

Na associação supra-municipal, as diferentes dimensões municipais afectam o processo?

Sim, sem dúvida. Os pequenos tendem a não cooperar, mas alinham com a justificação da obtenção de mais fundos, ainda que à posteriori se deem conta que não têm capacidade de execução, o que se verificou no anterior quadro de financiamento. Os de media dimensão tendem a cooperar e agrupar-se mas ainda há poucas evidencias de projectos comuns materializados. Por exemplo: há muito que se fala de uma eco-via entre a Covilhã e o Fundão e não sai do papel. Há muito que se reclama um metro de superfície em funcionamento circular entre a Covilhã e o Fundão e não sai do papel. A questão da água também não tem

articulação. O regadio da Cova da Beira, Fundão quer extensão do regadio para levar água a sul da Gardunha para melhorar terrenos menos productivos. Mas entronca a Sul com Castelo Branco que também tem projecto para barragem a Sul de Castelo Branco e está a inviabilizar esta que seria uma boa prática. Entre os 3 municípios não se falam. E já estão em colisão 2 CIMs além dos 3 municípios.

É importante ter programas que ultrapassem o espaço do INTERREG. Corredores alternativos que vão do atlântico até Madrid talvez fosse melhor. Forma de arrastar positivamente as regiões mais atrasadas pela influencia das costeiras mais desenvolvidas. Corredores horizontais para evitar a circunscrição a áreas interiores.

Resultados visíveis a nível das CIMs?

Inovação: Há uma forma de inovação mais difícil de medir, a inovação territorial, inclusive o modelo de governação multinível. Se medirmos a inovação em termos de patentes ou o número de empresas de base tecnológica, nos últimos 20 anos a evolução foi muito positiva.

Poddata e INE - indicadores municípios NUTSIII

IMPI – Patentes ou o europeu EPO (Europa)

[Índice Sintético de Desenvolvimento Regional](#) – INE permite comparar desempenho entre CIMs

3 dimensões: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

Beiras e Serra da Estrela acima da Beira Baixa nos 3 indicadores apesar de aqui se terem concentrado muitos mais recursos e fundos europeus. Indicadores ainda não refletem a crise COVID.

Que papel jogam as CIM na atracção e fixação de população?

Municípios de esta região não têm possibilidades se não tiverem políticas de atracção e retenção de capital humano, sobretudo qualificado. Isto está obviamente relacionado com o nível de rendimento disponível. Se falamos de trabalhadores sazonais que não fazem despesa e vêm receber uns rendimentos, estes não contribuem para a região.

Receita tradicional simplista: Gerar emprego não faz aflorar o capital humano, nem o retém. Quanto mais qualificado mais móvel.

Se mobilidade e transporte público são tão óbvios como necessidade estrutural, como é que não há respostas?

Aqui tentou-se mas não foi possível pela falta de massa crítica de novo. Os operadores de transportes o que perguntam é: quantidade de utentes? Quantas rotas? Que rotas? Temos gente para todas as rotas? Tem que haver um misto, por um lado aumentar a massa crítica, temos que criar esse sistema de transporte publico, mas por outro lado está o transporte a pedido.

Uma coisa são as necessidades dos mais idosos, outra a dos mais jovens sobretudo em idade escolar e outra bem diferente a dos profissionais com família constituída e ainda mais complexa a dos profissionais que têm família constituída e que vivem num ponto, trabalham noutra e ainda têm responsabilidades familiares seja com os pais ou com os filhos.

Então temos o transporte público condenado pela falta de massa crítica?

Não, pelo menos uma parte desse transporte deveria público e ser assegurado mesmo que não rentável, inclusive o transporte a pedido. Esta é uma das dimensões das condições básicas. Provisão mínima de serviços

básicos de interesse geral a par da educação, da saúde ou dos serviços sociais. Transporte como serviço mínimo.

Á semelhança ao que é, por exemplo, o serviço universal dentro das telecomunicações, deveria haver uma espécie de serviço universal de interesse geral onde constasse um cabaz de serviços sobretudo nestas regiões. Isso deveria ser assegurado á partida e até oferecido como elemento de atracção: *Você desloca-se para esta região porque tem acesso a este conjunto de serviços de interesse geral de forma assegurada.*

Que está a correr mal? Que está a correr bem? Que espera da CE?

Começado pela CE, espero políticas que não sejam apenas territorializadas, têm que ir a um nível mais micro, políticas baseada no lugar, nas suas características, nas suas especificidades que devem ser atendidas para reforçar o mecanismo de coesão a nível europeu (*place matters*). A EU não pode desistir destes territórios.

Espero que perceba que os motores de mudança e transformação estrutural das regiões não são os municípios, são as universidades e outros estabelecimentos de ensino superior.

Nesta zona temos ilhas de desenvolvimento: na Covilhã, no Fundão, em Castelo Branco, na Guarda; porque nessas localidades existem estabelecimentos de ensino superior que trilharam caminhos difíceis, se superaram, e avançaram para uma dimensão internacional que lhes permite hoje ser inovadores. As políticas europeias devem contemplar e valorizar a utilização das universidades como dínamos de transformação estrutural e de aumento da produtividade das regiões.

Municípios são parceiros muito importantes, nomeadamente assegurando os serviços de proximidade para a população. Mas os municípios *per se* não têm capacidade para operar a transformação estrutural da região, só associados e guiados pelos estabelecimentos de ensino superior.

Até porque há outra questão: os estabelecimentos de ensino superior, normalmente, não estão politizados., portanto não necessitam alinhar com o governo central um conjunto de resultados a apresentar, são espíritos mais livres que de forma desinteressada acabam por fazer avanças que urge desde as políticas europeias se aposte na sua transferência com incidência regional.

O que está a correr mal? Desde 2008/9 o governo central teve que seguir um caderno de encargos rigoroso definido pela Troika e pelos agentes de financiamento mundiais e europeus. Isto significou que não houve mais investimento em áreas críticas. Entendo que hoje em dia o investimento público deve ser mais criterioso e exigente. Por isso também as universidades se devem colocar na equação. Mas o que constato é que a menor investimento, maior racionalização e concentração de serviços e que na prática se traduz por uma “saída” do estado. A iniciativa privada chega a se substituir ao estado, como por exemplo actualmente, a habitação construindo os privados quando o estado não o faz. Mas claro o privado vai construir para um determinado tipo de cliente uma determinada tipologia e, portanto, não resolve as necessidades básicas existentes.

Temos problemas a nível do parque habitacional existente, a nível das acessibilidades e ao nível de certas taxas como as portagens, que não têm sentido num território de baixa densidade populacional e industrial. Vias que foram construídas com fundos estruturais, através da celebração de parcerias público-privadas, não faz sentido que haja lugar ao pagamento de portagens. Como consequência, incluso empresas que tinham sido criadas neste território, acabaram por deslocar uma parte importante da sua base operacional para o litoral, levando consigo o investimento para outras áreas e deixando de gerar os postos de trabalho aqui. Isso é grave.

Também corre mal a falta de resposta social tanto para jovens como para o público de idade avançada. Temos uma grande incapacidade para manter os níveis de qualidade de ambos.

Temos instituições capazes de formar e empresas que necessitam recursos humanos mais especializados e qualificados e não temos capacidade para criar condições para que esses jovens se insiram nesse mercado laboral, porque não os remuneramos condignamente.

Por outro lado, cada ano assistimos ao envelhecimento acelerado da população sem um nível de suporte social que lhes permita viver com dignidade.

Para ambos grupos temos problemas importantes ao nível da nutrição, de ausência de resposta para novas doenças (demência, degenerativas), justamente conseqüentes com uma expectativa de vida mais prolongada da população. Não temos resposta a nível de centros de saúde nem de acompanhamento e aconselhamento.

Haverá mais capacidade nestes territórios SMTC para dar resposta a estas necessidades?

Há capacidade mas não há recursos. Há a capacidade, as condições, o espaço, a qualidade de vida, do ar, da água, mas em termos reais como é que acompanhamos as pessoas, como é que lhes damos rede? Não há infraestruturas porque, uma vez mais, para isso é necessário investimento. Eu receio o meu futuro. Neste momento só tem acesso a essa rede quem tem rendimentos médios a superiores, senão está fora da rede. Falar de Coesão é ter acesso à rede. Não estamos a ser capazes de operacionalizar políticas que fomentem a tal responsabilidade e solidariedade intergeracional. Estamos a falhar redondamente. Estamos a afastar os mais jovens dos mais velhos e estes por percurso realizado estão isolados. Não estamos a construir uma sociedade justa e equilibrada.

O que é que está a correr bem? Começando pelo sistema científico-técnico: a melhor política de desenvolvimento territorial teve origem na reforma do Professor [Veiga Simão](#), ainda antes do 25 de Abril de 1974, a democratização do acesso ao ensino superior público, que teve continuidade post transição democrática e se reforçou nos anos 90, criando-se novas universidades, institutos superiores politécnicos nas capitais de distrito. Foi de longe a melhor política de desenvolvimento regional pensada e implementada em Portugal. A meu ver deve ser continuada e reforçada. Isso correu bem. Demos acesso a pessoas que em condições normais não teriam acesso a uma formação superior de nível avançado. Internacionalizamos as instituições e por consequência as pessoas e os territórios. Dotamos as pessoas de capacidade para inovar e as empresas de base tecnológica actuais são foram criadas por essas pessoas. Hoje produzimos patentes tanto na Covilhã como em Lisboa. Há 50 anos atrás não era assim.

Além da vertente de inovação e qualificação, temos hoje também uma reconversão da base produtiva, não é mais robusta mas a que sobreviveu é mais resiliente e mais moderna em termos tecnológicas e conseguiu, inclusive antes do estado, virar-se para os mercados externos. Isso correu bem. Aproveitaram muito bem a entrada no mercado único europeu e neste momento têm uma orientação exportadora que lhes permite uma presença aceitável nos mercados internacionais e no nacional e são os grandes motores da capacidade exportadora do país. E há empresas dessas no nosso território.

Outra coisa que correu bem foi o nível de infraestructuração geral que as regiões e o país obtiveram a partir do acesso aos diferentes QCA Quadros Comunitários de Apoio.

Mas a avaliação que está feita destes QCA diz que é muito mais vantajoso investir em capital humano do que em gestão empresarial ou infraestruturas, por esta ordem. O reforço das infraestruturas deve ser selectivo, nomeadamente infraestruturas que capacitem a região e os pais para fazer a tal transformação estrutural, reforçando o nível de dotação dos serviços básicos: educação, saúde, apoio social e transportes nas questões críticas da mobilidade e da acessibilidade.

O País à semelhança da Região, está mais moderno, está mais capacitado. Mas não conseguiu ter um crescimento equilibrado entre a faixa litoral e a faixa mais próxima da fronteira, não houve convergência. O interior melhorou mas não tanto como o litoral. Como somos uma **legging region???** Necessitamos a atenção da

Comissão Europeia para políticas que permitam atender às características específicas dos nossos lugares para podermos convergir.

Como vê a experiência do Fundão neste contexto, como classificamos o Fundão?

Vou começar por como o vi, no passado, como o vejo hoje e como espero vê-lo no futuro.

O fundão era basicamente um entreposto comercial, onde as pessoas vinham a fazer compras. Costumavam dizer que o que não se encontrasse no Fundão não se encontrava em mais lado nenhum: Roupa, calçado, móveis, utensílios para a casa, alfaias agrícolas. Pela diversidade da oferta e pelos preços que não eram demasiado elevados. Sempre teve essa compleição de hub comercial.

Por outro lado tinha uma dimensão rural. Agora menos e é um tema que ainda cria complexo de ser agrícola, o que não tem porquê.

Tinha ainda uma base industrial ligada ao têxtil. O edifício onde actualmente está instalada a câmara Municipal era uma das filiais da Real Fábrica de Panos criada pelo Marquês do pombal, ligada aos lanifícios. Havia rebanhos, pastorícia, transumância. Actividade que está a ser recuperada, com um cariz mais turístico mais que como elemento productivo.

Depois do 25 de Abril teve 2 décadas durante as quais teve que fazer um enorme sacrifício de infra-estruturação muito básica: água, electricidade, estradas, asfaltar... já que o concelho é muito extenso. Há pontos no interior do município que podem levar até 1:30h para chegar. Não tanto pela distância como pela difícil acessibilidade.

Depois veio a necessidade de dotar de equipamentos próprios de uma cidade: piscinas, pavilhão multiusos, ruas, avenidas, claramente fundos FEDER. Uma área industrial, ainda que com as suas limitações sem termos de espaço mas bem localizada junto da estrada nacional.

Neste momento o Fundão tem uma dupla matriz rural e urbana

A vertente rural assenta sobretudo na produção agrícola de fruta. A amêndoa a grande escala com a entrada de um investidor estrangeiro de grande dimensão e uma exploração com mais de 500 hectares que integra 2 concelhos: Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão – [Companhia Vera Cruz](#) (Smart Farming – PDR 2014-2020).

A bandeira é a cereja que ajudou a posicionar o Município a nível internacional e nacional, conseguindo reconhecimento de marca “[Cereja do Fundão](#)”. Há uma tentativa de criar para construir uma família de produtos em torno da marca de cereja (outras frutas, queijo, vinho, carne, mel, doces, bolos tradicionais), mas que merecia maior profissionalização para obter melhores resultados. Não tem obtido os melhores resultados na capitalização dessa imagem.

Mas o município tem um reconhecimento internacional e nacional muito positiva a partir de uma marca ligada a um produto agro-alimentar. Algo bem feito e uma vantagem competitiva para o município, que lhe permitiu conseguir uma certa notoriedade para o Fundão e que foi bem aproveitada para atrair investimento directo estrangeiro.

Entra a [ALTRAN \(agora Capgemini\)](#) com a refuncionalização do pavilhão multi-usos que até foi reconhecido como “Boa Prática” a nível europeu, com a criação de emprego e diversificou a base da atividade econômica do Fundão fazendo-o entrar numa era mais tecnológica.

Fundão agora é conhecido pela cereja e por empresas de serviços tecnológicos no [Centro Nearshore](#).

Mas o Fundão também tem problemas infraestruturais. Tem ligações deficitárias dentro do concelho. Tem o acesso à rede de auto-estradas limitado pela questão das portagens. Não tem uma ligação preferencial a Espanha apesar da proximidade. E também não tem uma ligação em linha recta a Coimbra, que poderia ter.

Tem problemas característicos destas cidades de micro dimensões:

- A nível ambiental com a higienização das suas principais vias, na recolha de lixo;
- Necessita reconfigurar algumas das suas vias que apresentam engarrafamentos nalgumas horas do dia, e que não foram pensadas para os fluxos actuais. Neste momento o Fundão é uma plataforma de emprego onde pessoas de outras localidades, até da própria Covilhã, Castelo Branco e da Guarda, se deslocam diariamente para trabalhar, nomeadamente na zona industrial;
- Não tem transporte público;
- Tem deficiências ao nível da oferta de serviços de saúde. Apesar de haver uma boa oferta concentrada na cidade da Covilhã, não existe no Fundão (24 minutos por A23 com portagem, 0.85€ – 31 minutos pela estrada nacional N18). Uma Unidade de Saúde Familiar não é um substituto suficiente para um hospital universitário como o da Covilhã. Deveria haver alguma valência intermédia.

O Município continua a fazer coisas fora da caixa: continua a investir na requalificação de edifícios devolutos para integrar serviços da câmara ou empresas de base tecnológica.

Está neste momento em curso a requalificação da sala de espetáculos [Cine-Teatro Gardunha](#) para complementar a oferta de serviços culturais. Fundão tem uma boa tradição a esse nível e tem personalidades de relevo: Como [Amália Rodrigues](#) e [Eugénio de Andrade](#).

Também está a construir a extensão da [Incubadora A Praça](#) que pode a médio prazo gerar entre 200 e 500 postos de trabalho dependendo da dinamização e da capacidade de atração de investimento e infraestruturas de investigação ligadas a novas tecnologias que possam estar localizadas em espaço urbano.

Este é um efeito interessante quando parte das indústrias, de carácter tecnológico e não poluente saíram das áreas industriais e se situaram no centro urbano.

Este é o presente do Fundão, um misto de culturas resultado, por um lado, da atração de pessoas qualificadas para trabalhar nestas empresas de base tecnológica, por outro mão de obra sazonal para trabalhar na apanha da fruta.

Iniciativa positiva e destacada na área da inclusão, sobretudo [Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante](#) com o centro de acolhimento que funciona no antigo seminário.

Justamente ao lado situa-se o Campo Experimental que agora evoluiu para outra dimensão, o chamado complexo [Agrotech](#).

O sector do minério não muitas vezes falado mas há varias localidades do concelho intrinsecamente ligadas ao [Couto Mineiro da Panasqueira](#) e sabemos que está em carteira o licenciamento da exploração da [Serra da Argemela - Lítio](#).

Este parece ser o futuro do Fundão, que dá passos assertivos para voltar ao que foram as suas origens: Uma aposta forte no sector primário, agora com uma agricultura de base tecnológica y uma indústria de energia verde ligada à extração do minério (lítio).

Annex 2 – Municipality of Fundão Innovation Facilities

Name of organization	Municipality of Fundão (CMF)	
Website	https://www.cm-fundao.pt/	
Type	Local Public Administration	
Country	Portugal	
Region	Central Portugal	
Description		
<p>The Municipality of Fundão, a small and medium sized town located in the Central region of Portugal, with an area of 700km² and 26509 inhabitants, is the seat of an essentially rural county. Like much of the Portuguese territory, the population loss and the economic activity weakening over the last decades seemed irreversible.</p> <p>Since 2012, the Municipality of Fundão has been implementing a strong and determined smart territorial innovation strategy to reverse the scenario of economic weakness and population loss that has been witnessing, and thus boost the economic transformation of the county and the region. This strategy, Fundão Innovation Plan, intended to act decisively on all factors that contribute to a territory competitiveness, to attract and retain people through investment, innovation, and qualified employment, in a city capable of providing excellent life quality levels.</p> <p>The programme's aims were 1) create infrastructural and competitive conditions for the technological companies' settlement; 2) boost an innovation ecosystem capable of leveraging creativity and entrepreneurship; 3) promote urban regeneration through the settlement of new businesses and residents; and 4) involve the community, working in partnership to design the Plan.</p> <p>Today, and for the first time in decades, Fundão has a positive migratory balance and is the home and natural office for talented people of 63 different nationalities, who have found here an integrated innovation ecosystem to accelerate ideas, host businesses and train talent. Composed of a specialized support team, infrastructures, a wide range of partners, competitive incentives, simple and agile mobility programmes, digital skills promotion programmes and initiatives with a strong social impact, such as bootcamps to convert unemployed into IT (97% success rate), and a welcoming and friendly community, Fundão aims to assert itself as a living laboratory for the development, demonstration, maturation and scale-up of new technologies.</p> <p>Today, the city of Fundão with only 15000 inhabitants is home to more than 1000 highly qualified professionals in the digital sector. Today, all young from the age of 6 have computer programming classes in public schools, and Fundão is the only place in Portugal where this happens.</p> <p>Innovation is transversal to the municipality. We wanted to bring innovation to local public policies. Our development strategy has innovation as a central factor, and not only technological, also social innovation, which has been determinant to achieve the goal of making Fundão a home for information and communication technologies, and in governance, by becoming the municipal management model more open. All this fits very well in the positioning of a municipality that is known for having agricultural reference products, such as the famous Fundão cherry brand, but also for the work and value creation in technological areas.</p> <p>Looking at the value chain, we have several interface processes and projects in research and development, an area in which we are also positioning ourselves strongly, making the triangulation between polytechnics, universities, and companies in very relevant sectors.</p>		

This strategy has been recognised various times, namely in 2015 with 1st place in the European Enterprise Promotion Awards; in 2016 as Municipality of the Year awarded by University of Minho; and in 2018 by the European Commission with 1st place in the RegioStars awards.

Furthermore, Fundão was identified as a competitiveness pole that can have a transforming effect in the Country and contribute to the construction of a fairer, balanced, and inclusive economy, within the scope of the “Strategic Vision for the 20/30 Recovery Plan”.

Thus, the Municipality of Fundão is a great partner to contribute to the implementation and piloting of solutions for the cities ecosystems sector and has previous experience in cooperation projects, namely within Horizon Europe, Interreg and Urbact programmes.

Fundão symbolises many of the emerging social, environmental, and economic problems of European cities, particularly cities located in low density territories, and can therefore become a model and end user for solutions capable of combining sustainability, inclusiveness, and beauty. The Municipality of Fundão strategy is centred on an idea of a smart, sustainable, and inclusive city, that focuses on its low density and rural dimension.

Infrastructure and facilities

The Municipality of Fundão has several innovation dynamics in place, as well infrastructures and mechanisms managed by the Municipality that can be an added value to any project idea, namely:

<p>Centro de Negócios e Serviços Partilhados (CNSP)</p> <p>Business and Shared Services Centre</p>	<p>Business and Shared Services Centre was conceived as the engine of the local innovation and investment strategy. The Business and Shared Services Centre has allowed attracting 14 ICT companies and creating more than 1000 highly qualified jobs in a rural town with less than 15,000 inhabitants. In 4 years, the project has boosted an integrated ecosystem that has generated 68 startups and projects, and supported several private investment projects, focusing on R&D, pioneering professional conversion initiatives and digital skills.</p>
<p>Espaço Empresa</p> <p>Business Spot</p>	<p>This service aims to centralize in a single space all the information of interest for entrepreneurs in the exercise of their economic activity, from their legal obligations to business opportunities. The concept is very similar to the Lojas do Cidadão (Citizens' Shops), but in this case the space is exclusively for companies. It is, therefore, a new model of business service, focused on the interests and needs of the entrepreneur, concentrating the answers to the business world in a single point of contact. The aim is to make it easier for entrepreneurs to access information and to promote interaction with central and local public administration.</p>
<p>Incubadora Urbana Polinucleada de Empresas e Negócios (IUPEN)</p> <p>Polynucleated Urban Enterprise and Business Incubator (IUPEN)</p>	<p>Polynucleated Urban Enterprise and Business Incubator <i>A Praça</i> is an incubator and accelerator of companies and businesses that integrates the national network of incubators and is certified for the various national programmes to support entrepreneurship. It has supported more than 80 startups and projects and has created about 150 new jobs. It was mapped as one of the hotspots in Portugal for startups acceleration, in a study conducted by the European Commission with Microsoft¹.</p>

¹http://startupeuropepartnership.eu/wp-content/uploads/2015/11/SEP-MONITOR-Nov-2015_Portugal-Rising_Mapping-ICT-Scaleups.pdf

<p>Rede de Coworks do Fundão</p> <p>Cowork Fundão Network</p>	<p>Currently, the Cowork Fundão Network, consisting of 5 coworking spaces with a total of 95 places, is the natural choice for digital nomads who privilege low-cost locations with high quality of life, meaning that Fundão is the ideal place for remote workers who want to develop their activity in constant contact with nature and with a unique landscape view, between mountains, that the territory has to offer. Here remote workers find all the facilities to develop their work productively, in a creative and innovative environment, and inserted in a welcoming and diverse community with whom they can exchange ideas and experiences.</p>
<p>Fab Lab Aldeias do Xisto</p>	<p>FabLab Aldeias do Xisto is a prototyping and digital fabrication laboratory in Fundão that is part of the Fab Labs' worldwide network. The experience, technology and space provided represent the opportunity for students, citizens, researchers, innovators and entrepreneurs to become familiar with digital fabrication, create synergies and contribute to the development of new solutions adapted to the territory and companies.</p>
<p>Centro de Formação Avançada da Cova da Beira (CFACB)</p> <p>Cova da Beira Advanced Training Centre</p>	<p>Cova da Beira Advanced Training Centre was created to develop advanced training initiatives aimed at the real needs of the region's companies. Under a protocol with Institute of Employment and Professional Training (IEFP), the main goal of the Centre is not to provide typified and catalogue training, but rather to build programmes dedicated to the needs of SMEs, in articulation with the SMEs themselves, with higher education institutions, with the municipality, and with any other entities that may contribute to the materialization of the action, being the financing ensured through that collaboration. The CFACB has a particular focus on the most relevant sectors of the regional economy, such as agriculture or ICT, being able to expand its activity to other sectors and partners.</p>
<p>Rede LoRa Fundão</p> <p>Fundão LoRa Network</p>	<p>To support the Agrotech IoT Centre and the installation of technology, namely within the scope of the Fundão Intelligent City programme, a telecommunications network in LoRa technology was installed in Fundão (700km²), which is made available to the entrepreneurial community, and various agents on an open access basis for the installation and operationalisation of IoT solutions.</p>
<p>Centro AgroTech Fundão</p> <p>Fundão AgroTech Centre</p>	<p>Fundão AgroTech Centre aims to affirm the territory as a living laboratory for the development, testing and demonstration of technology for agriculture, integrating with other relevant infrastructures in terms of prototyping and development, advanced training and acceleration of new ideas and businesses. It aims to promote networking, namely with a wide range of regional producers available to host new solutions for agriculture. The IoT Agrotech centre is an infrastructure to support and promote innovation and entrepreneurship that aims to leverage the integration of IoT solutions in the economy, especially in rural-based activities. The Fundão AgroTech Centre has the following service structure: Business Incubation, business ideas incubation and companies' installation; Scale-Up, acceleration programme and conversion of ideas into business projects; Open Lab, testing and experimentation of IoT technologies in rural-based activities; Funding Hub, facilitation of funding and contact with investors; IoT Showroom: space for demonstrating the technology developed; Networking Factory: events programme.</p>
<p>Quinta Experimental do Seminário</p> <p>Seminary Experimental Farm</p>	<p>Seminary Experimental Farm is one of the Fundão AgroTech Centre facilities, where several projects and experimentations are running. The farm, with 20 hectares, besides being a test field available to start ups aiming to test and experiment its own IoT technologies, it is a place where the Municipality of Fundão runs several projects and experimentations, in cooperation with different entities, namely the valorisation of autochthonous breeds and three distinct test fields for cherries, olive and grapes. Furthermore, the facilities are also used to</p>

	host several training programmes in the agro-forestry/agro-industrial sector, namely for Third Country Nationals.
<p>Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior</p> <p>Biotech Plant Lab of Beira Interior</p>	<p>The Biotech Plant Lab of Beira Interior, within the Portuguese Scientific and Technological System, was established under a cooperation agreement among the Polytechnic Institute of Castelo Branco, the Municipality of Fundão, the University of Beira Interior (Covilhã) and the University of Campinas, Brazil. Moreover, the Biocant Park in Cantanhede is a partner of the Cente. It aims to carry out research in the field of plant biotechnology in partnership with the agricultural, forestry, and aromatic and medicinal plants sectors. The Biotech Plant Lab focuses its activities on identification, characterization, breeding, multiplication and conservation of species / varieties / cultivars and exploration of bioactive compounds with commercial interest, enhancing its use as a promotional factor of economic activity.</p>
<p>Memo_Move Centro de Estimulação Cognitiva e Exercício</p> <p>Memo_Move Cognitive Stimulation and Exercise Centre</p>	<p>Memo Move, a project promoted by the Municipality of Fundão, located in <i>Rua da Cale</i>, one of the oldest, most historic, and important streets in the city of Fundão, since October 2021, was born out of the urgent need to find answers to new and recent conjunctures. It is aimed at people over 65 and is based on a multidimensional and integrated prevention and intervention programme, dynamised by a specialised team working in three relational dimensions: physical, mental, and emotional health. The intervention areas include cognitive stimulation, brain health monitoring (Brain on Track), and cognitive training (Cog Web), physical exercise, Dual Task training and Exergames. Since 2020, the project enabled 2133 interventions. Although Memo_Move a pioneering project in the country, is still taking its first steps, the results obtained so far show that we are facing an efficient, effective, and innovative solution to the resolution of these social problems.</p>
<p><i>Rede Casas e Lugares do Sentir</i></p> <p>Places and Homes of Feeling Network</p>	<p>The network “Casas e Lugares do Sentir” (Places and Homes of Feeling), was created in 2017 by the Municipality of Fundão in a protocol with UNESCO, aiming to stimulate, conserve, and preserve the territory and its material and immaterial heritage, in a territory rich in traditions and knowledge, which is urgent to preserve, promote and make known to others. Thus, it aims the safeguarding of traditions and transmission of knowledge, locally based and traditional, bringing generations closer together and empowering more people to live in rural territories. Today, the network “Casas e Lugares do Sentir” consists of 13 different thematic houses, located throughout different parishes of the Municipality of Fundão, that honour local knowledge and traditions, forming a cultural, tourist, social and educational itinerary in the council. Furthermore, within the scope of the “Casas e Lugares do Sentir”, it was also established the Craft Lab, in partnership with the FabLab Aldeias do Xisto and CEARTE - Professional Training Centre for Handicrafts and Heritage, aiming to promote the use of digital fabrication technologies and design processes as tools to support and value the handicraft production, as well as bringing innovation to old crafts and adapting the objects to today’s world.</p>
<p><i>Centro para as Migrações do Fundão</i></p> <p>Fundão Migrations Centre</p>	<p>The Municipality of Fundão, through Fundão Migrations Centre, has been developing a visionary and exemplary work in the area of migrations, providing an effective response in the territory to several Sustainable Development Goals (SDG), namely SDG 10 - Reduction of Inequalities, SDG11 - Sustainable Cities and Communities and SDG16 - Peace and Justice, creating for this purpose several pioneering policy lines at national level, which respond to issues such as inclusion, integration and social mobility, which are seen as institutional and social innovation ways for the territorial and social cohesion promotion, as well</p>

	<p>as the fight against ageing and the progressive depopulation of territories with low population and industrial density. Since April 2016, the Fundão Migrations Centre has already welcomed 253 asylum seeker/refugees, provides facilities for about 50 seasonal workers per year and, in partnership with Fundão Professional School, hosts about 100 students from PALOP countries.</p>
--	---

Annex 3 – Networking

Projects

Name of Project or Activity	Short description
Agri-Urban (URBACT III)	The AGRI-URBAN thematic network aims to rethink agricultural production in small and medium-sized cities in the European Union, many of which have a relative specialisation in this economic sector. Although traditional, the sector is still positioned with an important role in terms of GDP, employability and environmental sustainability. The network proposes to establish a new relationship between agricultural production and consumption in small and medium-sized urban areas, with the implementation of a new sustainable model.
RED URBANSOL (POCTEP 2014-2020)	RED URBANSOL - Red de Urbanismo Sostenible e Inteligente en Euroace: the project aim was the definition of a cross-border model of sustainable and intelligent urban development, with pilot application actions associated with mobility, energy efficiency and management, waste management, smart and energy-sufficient cities.
FireShepherds (Erasmus+)	FireShepherds is an Erasmus+ project that started in early 2019 with the aim to prepare the next generations of Shepherds in extensive livestock management with forest fire prevention objectives. The project is based on different common problems that the project regions are currently facing: the decrease of shepherds working with extensive livestock and the big forest fires that visit us every summer. It is therefore very important to start forest management again, as it was done decades ago. To this end, proper training of the shepherds of the next generations is a key action if we want to achieve a fire-resistant landscape. Furthermore, one of FireShepherds' vocations is to make information on these issues available to everyone.
MUV – Mobility Urban Values (H2020)	Fundão integrated in partnership with the cities of Amsterdam, Barcelona, Gent, Helsinki and Palermo, and which aimed to place the citizen at the center of local mobility policies instead of the old approaches based on finding solutions to car flows, thus empowering the city for the transformation that is taking place on a global scale and which is defined by the UN as one of the 17 Sustainable Development Goals to transform our world.
CES4Kids (EIT Urban Mobility)	CES4Kids - Children and youth empowerment through Decidim digital platform's (EIT Urban Mobility) goal was to provide the EIT Urban Mobility with a strategy and an array of tools and processes to engage and empower citizens, thus contributing to increase the dissemination and impact of sustainable mobility initiatives among future generations and the public.
OSIRIS (Interreg Europe)	OSIRIS – Open Social Innovation policies driven by co-creative Regional Innovation eco-systems, within the scope of Interreg Europe, addresses the essential challenges of seven public bodies in Europe: North (Sweden and Finland), South (Italy, Portugal and Greece), east (Slovakia) and west (Netherlands). These challenges are related to employment, innovation, education, social inclusion and climate / energy. All stem from Good Practices (GP) at Open and Social Innovation (OSI). The project aims to improve the design, rapid delivery, and implementation of OSI Policies and Action Plans across regional co-creative ecosystems for innovation, inspired by the “Innovation Loop” model.
IoTExchange (URBACT III)	Project led by the Municipality of Fundão and which brings together 7 European cities and an university, and whose main objective is to encourage the use of digital solutions and IoT technology with the aim to improve the quality of life in the EU's small and medium-sized cities. Each city has its particular set of challenges and opportunities, whether in mobility, public safety, energy efficiency, management, sanitation or among others. The focus was essentially on IoT for public services, environment, smart public buildings, education, health, tourism, agriculture, education, energy and mobility.

<p>SIBdev (URBACT III)</p>	<p>SIBdev network, under URBACT III, is a consortium of eight European cities, including Fundão, which proposes to explore how social impact bonds can be used to improve public service delivery in areas such as employment, ageing and migration. Social Impact Bonds are promising tools to reduce risks, promote long-term and integrated visions.</p>
<p>MED-WET (PRIMA)</p>	<p>MED-WET (Improving MEDiterranean irrigation and Water supply for smallholder farmers by providing Efficient, low-cost, and nature-based Technologies and practices) project aims to improve irrigation efficiency in the Mediterranean region in a context marked by climate change and extreme drought. MED-WET aims to develop innovative irrigation systems that provide for the exploitation of largely unused, unconventional water resources, and to use low-cost solutions, with natural and regionally available materials (low technology, low energy, low budget, easy to use).</p>
<p>RURBANlink (InC2 – Circular Cities Initiative)</p>	<p>The Municipality of Fundão leads 1 of the 4 networks approved by General Directorate for the Territory (DGT – Direção Geral do Território), in the scope of the National Circular Cities Initiative, with the objective of collaboratively design an action plan for the country regarding the circular economy, being the RURBANlink network responsible for working on urban-rural relations issues, specifically in the agri-food sector.</p>
<p>Plenty-Life (Life-CET-2021)</p>	<p>PLENTY-LIFE seeks to empower small and medium-sized cities in integrated urban energy planning to enable them to develop and monitor long-term sustainable energy and climate plans, with the aim of achieving carbon neutrality by 2050. The strategies developed by the consortium will be tested in four countries, namely Austria, Italy, Portugal and Romania, with Fundão being the pilot territory in Portugal.</p>
<p>BLOCKCHAIN.PT (Agendas for Business Innovation - Portugal's Recovery and Resilience Plan)</p>	<p>The "Decentralise Portugal with Blockchain" agenda is creating a national blockchain industry, with a vision of the importance of the technology as a driver of innovation, and with the aim of taking advantage of the global business opportunities generated by this technology.</p> <p>The consortium brings together 56 organisations (24 companies, 15 ENESII, 2 associations, 5 public bodies and 10 associated partners) under the leadership of VOID Software, organised in 6 vertical WPs (Agriculture and Agri-Food; Health; Sustainable and Smart Territories; Sport, Leisure and Culture; New Knowledge Economy; Digital Asset Management) and 4 horizontal WPs (Management; Capacity Building; Innovation and Dissemination; Interoperability).</p> <p>The results of these partnerships, with an investment of over 72 million euros, will allow the launch of 26 products with high export and scalability potential. The Municipality of Fundão is a member of this consortium, asserting the territory as a living laboratory for the experimentation of new solutions using blockchain technology for multiple purposes, namely the traceability of endogenous products, carbon offsetting, multi-company loyalty programmes, among others. One of the PPS, aims to create a blockchain platform to certify the authenticity and quality of agricultural and livestock products, from production to the end consumer (farm-to-fork), with the creation of oracles based on reliable systems and IoT. In this way, consumers will have access to verified information, strengthening the integrity of the agricultural and livestock sector and supporting sustainable practices.</p>
<p>ROUTE 25 (Agendas for Business Innovation - Portugal's Recovery and Resilience Plan)</p>	<p>The Municipality of Fundão integrates the Route 25 consortium, as a pilot territory, the only Mobilizing Agenda project approved in the mobility field. The project aims to develop autonomous, shared, and collaborative mobility solutions, aligned with the needs of low-density territories like Fundão and with projects to promote soft mobility in the city.</p> <p>The Project proposes focal areas to explore a new industrial dimension, namely: advanced solutions for ADAS (Advanced Driver Assistance Systems) / AD (Autonomous Driving); Internet of Moving Things; inclusive and connected urban environments; smart and sustainable interurban mobility; large-scale technological demonstrators, which will directly support the four areas and will act as a foreground for the experimentation, demonstration and scaling up of the proposed technologies and services, based in three heterogeneous regions of Portugal (Porto, Aveiro/Ílhavo and Fundão). The Demonstrators will leverage Portugal as a hub for autonomous driving, thus</p>

	<p>supporting the national industry and bringing international entities to Portugal to test assisted and autonomous mobility.</p> <p>Within the scope of the project, 5 innovative technologies will be demonstrated in our territory, one of which will be located in the city centre with the aim of developing a Smart Parking solution, which will transform an ordinary parking area into a real tech hub, using customised street furniture. Electric chargers and parking sensors will be installed to collect the status of each parking spot and send it to a central platform that will provide important mobility indicators.</p>
FARCLIMATE (Horizon Europe)	<p>FARCLIMATE will address the difficult challenges of developing and expanding climate-resilient measures, making them available and understandable to everyone, while also paying special attention to the social, political, and economic barriers that are commonly found.</p> <p>FARCLIMATE actions will be implemented in at least 20 regions and communities, i.e., case studies in Europe, where we will address transformative solutions in the path to climate resilience.</p> <p>Secondly, through the presentation of a collection of tools and recommendations to different stakeholders that are often not considered when disseminating information on climate change.</p>
DesirMED (Horizon Europe)	<p>DesirMED's main objective is to strengthen knowledge and capabilities of Med regions and communities to take leadership and ownership in their transformative CCA pathways and accelerate the implementation of transformative solutions required to increase their resilience over the long term. Under regional transformative adaptation journeys, DesirMED will accelerate the adoption of multi-level and multi-actor-based portfolio of innovative solutions, prioritising NbSs, by fostering the enabling conditions that support visioning, analysing, designing, testing, demonstrating, scaling, and mainstreaming, in accordance with EU frameworks for CCA and environmental management. Fundão will be one of the 5 demonstration regions.</p>
Craft Cities	<p>Funded by the Horizon Europe programme, Fundão is one of 60 European cities that have been selected to test and share models of urban transformation towards climate neutrality.</p>
Mission Charter & Mission Soil Manifesto	<p>The Municipality of Fundão is a signatory of the Mission to Climate Change Adaptation, through the signing of the Mission Charter (2023), as well as of the Mission A Soil Deal for Europe, through the Mission Soil Manifesto (2023).</p>
Energy Communities Repository	<p>The Energy Communities Repository is an initiative on behalf of the European Commission to assist local actors (including citizens, local authorities, and businesses) with setting up and advancing clean energy projects driven by energy communities in urban areas across Europe. The initiative contributes to a just transition to climate neutrality that allows citizens to take ownership of energy consumption and production.</p> <p>Within the scope of the Repository, the Municipality of Fundão is receiving technical support to establish its first energy community.</p>

ESPON



Co-funded by
the European Union
Interreg

espon.eu



ESPON 2030

ESPON EGTC

11 Avenue John F. Kennedy

L-1855 Luxembourg

Grand Duchy of Luxembourg

Phone: +352 20 600 280

Email: info@espon.eu

www.espon.eu

The ESPON EGTC is the Single Beneficiary of the ESPON 2030 Cooperation Programme. The Single Operation within the programme is implemented by the ESPON EGTC and co-financed by the European Regional Development Fund, the EU Member States and the Partner States, Iceland, Liechtenstein, Norway, Switzerland and the United Kingdom.

Disclaimer

This delivery does not necessarily reflect the opinion of the members of the ESPON 2030 Monitoring Committee.